



Relatório Institucional 2019

Aprendizagens, incidências e resultados

Expediente

EQUIPE INESC

Conselho Diretor

Enid Rocha Andrade da Silva
Júlia Alves Marinho Rodrigues
Luiz Gonzaga de Araújo
Márcia Anita Sprandel
Pedro de Carvalho Pontual

Conselho Fiscal

Ervino Schmidt
Iliana Alves Canoff
Romi Márcia Bencke
Suplente: Lucas de Alencar oliveira

Colegiado de Gestão

Iara Pietricovsky de Oliveira
José Antonio Moroni

Coordenadora da Assessoria Política

Nathalie Beghin

Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Maria Lúcia Jaime

Assistente da Direção

Adriana Silva Alves
Ana Paula Felipe
Andreia Crispim Rodrigues
Marcela Coelho M. Esteves

Equipe de Comunicação

Silvia Alvarez
Ana Carolina Soares
Thaís Vivas

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Cleomar Manhas
Leila Saraiva Pantoja
Livi Gerbase
Luiza Pinheiro
Márcia Acioli
Tatiana Oliveira

Assessoria Técnica

Dyarley Viana de Oliveira

Educador/a Social

Thallita de Oliveira
Marcus Silva

Contadora

Rosa Diná Gomes Ferreira

Assistente de Contabilidade

Ricardo Santana da Silva

Técnico de Informática

Cristóvão Frinhani

Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos
Eugênia Christina Alves Ferreira
Isabela Mara dos Santos da Silva
Josemar Vieira dos Santos

Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

Estagiários/as

Walisson Braga da Costa
Gabrielle Christina Alves Inocêncio

APOIO INSTITUCIONAL

BIC – Bank Information Center
CLUA – Climate and Land Use Alliance
Charles Stewart Mott Foundation
Christian Aid
Fastenopfer
Fundação Ford
Fundação Heinrich Böll
Fundar
GDF – CDCA/Secretaria da Criança
IBP – Center on Budget and Policy Priorities
ICS – Instituto Clima e Sociedade
KNH – Kindernothilfe
Misereor
OSF – Open Society Foundations
Oxfam Brasil
Pepsico do Brasil
PPM – Pão para o Mundo
Prêmio Itaú-Unicef
União Europeia
UNFPA

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17, 13º
Andar Cobertura - Edifício Márcia
CEP 70. 3037-900 - Brasília/DF
Telefone: + 55 61 3212-0200
E-mail: inesc@inesc.org.br
Página Eletrônica: www.inesc.org.br

Sumário

Lista de Siglas	7
Introdução – Quem somos e como nos organizamos	9
1. Objetivo Específico 1: Reforçar capacidades na sociedade civil em Orçamento e Direitos	12
1.1 Formação de crianças, adolescentes e jovens	12
1.1.1 Onda	12
1.1.3 Andares	14
1.2 Formação e sensibilização de lideranças	14
1.2.1 Sensibilização	15
1.2.2 Formação	16
2. Objetivo Específico 2: Influenciar o orçamento e decisões públicas em temas e territórios estratégicos	17
2.1 Atuando na defesa da justiça fiscal	17
2.2 Atuação na área socioambiental e na Amazônia	17
2.2.1 Na defesa da Funai e da demarcação de terras indígenas	
2.2.2 Investimentos e direitos na Amazônia	18
2.2.3 Defesa dos territórios frente à mineração	18
2.2.4 Dimensionando os subsídios aos combustíveis fósseis	19
2.3 Monitorando os orçamentos da Saúde e de Acesso a Medicamentos	19
2.4 Monitorando o orçamento da Educação	20
2.5 Monitorando o orçamento da Criança e do Adolescente	20
2.6 Atuando na promoção da equidade de gênero, raça/etnia e na promoção dos direitos da comunidade LGBTQIA+	20
3. Objetivo Específico 3: Atuar na defesa da reforma ampla do sistema político	22
3.1 Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político	22
3.2 Conferência Nacional Democrática de Assistência Social	22
3.3 Conferência Nacional Democrática de Assistência Social	23
4. Objetivo Específico 4: Promover o direito às cidades	25
4.1 Rede Cidades e MobCidades	25
4.2 Movimento Nossa Brasília	26
4.3 Juventudes nas Cidades – DF Fortalecendo o Corre	27

5. Objetivo Específico 5: Influenciar processos de governança global e de articulações regionais e internacionais que impactam políticas nacionais estratégicas	28
5.1 Monitorando as Instituições Financeiras Internacionais	28
5.2 Justiça Fiscal	29
5.3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	30
5.4 Negociações de clima (COP)	31
6. Objetivo Específico 6: Inovar a comunicação para fortalecer a identidade institucional, a capacidade de incidência e ampliar o alcance na sociedade	33
6.1 Campanha 40 anos – Mais Direitos, Mais Democracia	33
6.2 O Inesc nas mídias	33
6.3 Aprendendo a captar recursos junto à indivíduos	35
7. Objetivo Específico 7: Inovar estratégias e metodologias, aperfeiçoar a gestão institucional e a captação de recursos	36
7.1 Uma estratégia de captação de recursos institucional diversificada	36
7.2 PMAS em fase de consolidação	36
7.3 Modernizando a área administrativo-financeira	36
7.4 Contribuindo para a formação da equipe	37
7.5 Buscando inovar	37
7.6 Proteção e Segurança	38
Desafios para 2019	39
Anexo 1 – Histórias de vida	42
Anexo 2 – Inserção política do Inesc em âmbitos local, nacional e internacional	48
Anexo 3 – Logos dos apoiadores do Inesc	50
Anexo 4 – Quadro Lógico Quadrienal 2017-2020: Balanço para 2019	51

Inesc em números 2019

Alcance	<p>Alcançamos 21 mil pessoas em 928 eventos. 53% das pessoas alcançadas eram mulheres.</p> <p>Além do Brasil, estivemos presentes em eventos em 13 países: Alemanha, Bélgica, Bolívia, Colômbia, Estados Unidos, França, México, Portugal, Quênia, Reino Unido, Senegal, Suíça, Ucrânia</p> <p>Estivemos presentes em todas as 5 regiões do país</p>
Formação em Orçamento e Direitos	<p>Formamos 389 crianças e adolescentes de escolas públicas. <u>Projetos Onda e Vozes da Cidadania</u></p> <p>32% mulheres, 72% negros</p> <p>Formamos 166 meninos cumprindo medidas socioeducativas. <u>Projeto Vozes da Cidadania</u></p> <p>Formamos 459 lideranças de organizações e movimentos sociais, sendo 64% de mulheres</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Formamos 226 agricultores familiares da Contag ● Formamos 35 indígenas (Apoimé, Foirn) ● Formamos 27 jovens lideranças quilombolas (Conaq) ● Formamos 30 lideranças de mulheres camponesas (MMC) ● Formamos 69 ativistas da Rede Cidades ● Formamos 72 migrantes da Venezuela <p>Formamos e sensibilizamos 863 crianças, adolescentes, jovens e lideranças de organizações e movimentos sociais em Orçamento e Direitos. 49% Mulheres.</p>
Formação de ativistas LGBTQIA+ em atividades culturais	<p>Formamos 36 militantes LGBTQIA+ em atividades culturais, sendo 72% negras e 75% mulheres. <u>Projeto Lacre</u></p>
Fortalecimento de coletivos de jovens periféricos	<p>Trabalhamos com 57 jovens periféricos com a pauta de direito à cidade, sendo 49% de mulheres e 81% negras. <u>Projeto Juventudes nas Cidades, Fortalecendo o Corre</u></p>
Público diretamente atendido pelo Inesc em 2020	<p>956 crianças, adolescentes, jovens, ativistas e lideranças de organizações e movimentos sociais, sendo 50% mulheres.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● 15 sensibilizados em O&D ● 389 crianças e adolescentes formados em O&D ● 459 lideranças de organizações e movimentos sociais formadas em O&D ● 36 ativistas LGBTQIA+ formados em atividades culturais ● 57 jovens periféricos formados em direito à cidade
Campanhas nacionais	<ul style="list-style-type: none"> ● Demos continuidade à campanha Só Acredito Vendo por mais transparência nos gastos tributários. Obtivemos sucesso, pois o relator do projeto na Câmara dos Deputados incorporou as demandas do Inesc no seu relatório ● Lançamos a campanha Embarque por Direitos na defesa da gratuidade do transporte público urbano. Aqui também fomos bem sucedidos, pois logramos organizar 3 audiências na Câmara dos Deputados para discutir o tema. ● Campanha Mais Direitos, Mais Democracia para celebrar os 40 anos do Inesc
Incidências	<p>Realizamos, com outros, 66 incidências em âmbitos distrital, nacional e internacional e obtivemos 19 resultados positivos. Assim, por exemplo, conseguimos realizar 3 audiências públicas no Congresso Nacional para debater o transporte como direito social;</p>

	<p>conseguimos que o relator do projeto sobre transparência dos gastos tributários inclua no seu relatório as demandas por transparência do Inesc; participamos da criação das Frentes Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos e em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas. Em âmbito local, uma articulação de organizações conseguiu fazer com que o GDF retire sua proposta de acabar como passe estudantil.</p>
	<p>Os/as formandos em Orçamento e Direitos protagonizaram 68 incidências das quais 29 foram acatadas pelos poderes públicos locais, o que representa uma taxa de sucesso de 43%</p>
	<p>Por meio da Rebrip, da Abong e do Grupo Carta de Belém participamos ativamente das negociações de clima (COP 25) e da reunião de Primavera do FMI e Banco Mundial e HLPF – High Level Political Forum da Agenda 2030.</p>

Lista de Siglas

ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids
ABONG – Associação Brasileira de ONG
ACIJ – Asociación Civil por la Igualdad y la Justicia
APA – Área de proteção Ambiental -
APOINME – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES
BIC – Bank Information Center
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CDCA – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal
CED – Centro Educacional
CEF – Centro de Ensino Fundamental
CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CNDAS – Conferência Nacional Democrática de Assistência Social
CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COP – Conferência das Partes sobre Mudanças do Clima – Nações Unidas (UNFCCC na sua sigla em inglês).
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e o Centro Especializado
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DEM – Partido Democratas
DF – Distrito Federal
DHESCA – Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENFOC/CONTAG – Escola Nacional de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FOPIR – Fórum Permanente pela Igualdade Racial
FORUS/FIP – Fórum Internacional de Plataformas de ONG
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GCB – Grupo Carta de Belém
GDF – Governo do Distrito Federal
GIFT – Global Initiative for Financial Transparency
HLPF – High Level Political Forum
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBP – International Budget Partnership
IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor
IFI – Instituições Financeiras Internacionais
IFI – Instituições Financeiras Multilaterais
IFRR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos
INI – Instituto Nossa Ilhéus
KNH – Kindernothilfe
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Travesti, Queer, Intersexo e Assexuados
LOA – Lei Orçamentária Anual

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MNB – Movimento Nossa Brasília
MP – Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
NBD – Novo Banco de Desenvolvimento
NCDHR – Campanha Nacional dos Direitos Humanos dos Dalits, tradução da sigla em inglês
NUMUR – Núcleo de Mulheres de Roraima
ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONG – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OTMED – Orçamento Temático de Acesso a Medicamentos
PI – Protection International
PIB – Produto Interno Bruto
PLP – Projeto de Lei Complementar
PMAS – Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização
PPA – Plano PluriAnual
PT – Partido dos Trabalhadores
REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos
SOF – Secretaria de Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
TI – Terras Indígenas
TI – Tecnologia da Informação
UAEM – Universidades Aliadas por Medicamentos Essenciais
UISM – Unidade de Internação de Santa Maria
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Introdução – Quem somos e como nos organizamos

O Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública. Tem por missão: "Contribuir para o aprimoramento dos processos democráticos visando à garantia dos direitos humanos, mediante o diálogo com o/a cidadão/ã e a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional e a consciência da sociedade".

Criado em 1979, o Inesc orienta-se para ampliar a participação social em espaços de deliberação de políticas públicas. Em suas intervenções sociais utiliza o instrumental orçamentário como eixo estruturante do fortalecimento e da promoção da cidadania. Para ampliar o impacto de suas ações, o Instituto atua em estreita parceria com outras organizações, movimentos e coletivos sociais.

O ano de 2019 foi o terceiro ano do nosso novo Plano Quadrienal previsto para ser implementado até 2020. Nossa atuação está organizada em torno de um objetivo geral e sete objetivos específicos. Nosso **objetivo geral** é o de defender, junto com outros, a radicalização dos processos democráticos e dos direitos humanos, em âmbitos local, nacional e internacional, a partir das seguintes linhas de ação: orçamento e direitos, justiça fiscal, reforma do sistema político, direito à cidade e governança global. Para alcançar esse objetivo, estabelecemos os seguintes **objetivos específicos**: (1) Reforçar capacidades na sociedade civil em *Orçamentos e Direitos*; (2) Influenciar o orçamento e decisões públicas em temas e territórios estratégicos; (3) Atuar na defesa da reforma ampla do sistema político; (4) Promover o direito às cidades; (5) Influenciar processos de governança global e de articulações regionais e internacionais que impactam políticas nacionais estratégicas; (6) Inovar a comunicação para fortalecer a identidade institucional, a capacidade de incidência e ampliar o alcance na sociedade; e, (7) Inovar estratégias e metodologias, aperfeiçoar a gestão institucional e a captação de recursos.

Esperamos que a nossa atuação, com outros, nos leve à conquista de 16 **resultados** que são medidos a partir de 39 **indicadores**, incluindo os indicadores de objetivos. Nossas principais **estratégias de atuação** são: a) produzir informações sobre investimentos, políticas públicas, orçamento, justiça fiscal e negociações internacionais para alimentar a luta por direitos humanos. As áreas centrais de intervenção são aquelas nas quais o Instituto já possui expertise: Criança e Adolescente, Juventudes, Igualdade Racial, de Gênero e de Identidade de Gênero, Democracia, Educação, Saúde, com ênfase em acesso a medicamentos, Segurança Alimentar e Nutricional, Socioambiental, com ênfase nos direitos dos povos indígenas e Mobilidade Urbana; b) formar, em âmbito nacional e internacional, crianças, adolescentes, jovens, ativistas e lideranças em orçamento e direitos e justiça fiscal; c) incidir junto ao Poder Público – Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público – buscando evitar retrocessos no sistema político e na realização de direitos humanos; d) articular ações de incidência e resistência nos âmbitos local, nacional e internacional; e) trabalhar com outros para potencializar e legitimar o alcance das ações por meio de parcerias, mobilizações e campanhas.

Em 2019, dando continuidade a uma estratégia de sustentabilidade financeira sólida procuramos manter a diversificação de nossas fontes de financiamento: contamos

com o apoio de 20 (vinte) organizações entre fundações e institutos nacionais e internacionais, agências da cooperação solidária internacional, União Europeia e recursos governamentais. Nossos gastos totais foram da ordem de R\$ 9 milhões de reais e contamos com uma equipe de 32 profissionais, incluindo a direção, a assessoria, a equipe administrativo-financeira e as/os estagiários/as, sendo a maioria composta por mulheres (75%).

Vivenciamos mudanças na equipe, pois dois assessores nos deixaram, entre outros motivos, para fazer doutorado fora de Brasília. Para substituí-los contratamos duas assessoras. Contratamos, ainda, uma profissional na área socioambiental, tema que vem ganhando cada vez mais relevância no Inesc. Com o intuito de aperfeiçoar nossos procedimentos, abrimos três novos postos: um de Tecnologia da Informação (TI) de alto nível, outro de designer gráfico e outro de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS). Duas profissionais entraram de licença maternidade no final do ano.

Continuamos investindo energia na captação de recursos junto a indivíduos e para tal fizemos novas experiências por meio das nossas campanhas, por exemplo. Trata-se de um processo lento, mas avaliamos que com o novo site e a nova identidade visual, que foram lançados no final de 2018, nossa interação com nossos apoiadores ganhará escala.

Avançamos também na medição do andamento dos nossos resultados. Passamos por formações em objetivos orientados a resultados e aprimoramos nosso sistema virtual de registro de informações relevantes para o monitoramento das nossas metas. Demos mais um passo e contratamos profissional para a área de PMAS, conforme mencionado anteriormente. No anexo deste Relatório encontra-se o nosso Quadro Lógico atualizado para 2019.

Para atendermos os requisitos de transparência e *accountability* disponibilizamos as informações institucionais na nossa página eletrônica na internet (documentos constitutivos; sócios; conselhos diretor e fiscal; relatórios de atividades, de auditoria e financeiros; projeto e apoiadores, entre outras informações). Possuímos ainda e-mail institucional por meio do qual qualquer cidadão/ã pode se comunicar conosco solicitando informações, apresentando sugestões ou encaminhando queixas e reclamações.

Em 2019, em meio a uma conjuntura política extremamente adversa, completamos 40 anos de trabalho e muita luta. Para celebrar essa conquista, desenvolvemos uma campanha com selo específico e realizamos em agosto, na semana de aniversário do Inesc, um festival intitulado “Mais Direitos, Mais Democracia”. O objetivo do evento foi o de sensibilizar os participantes para a importância da garantia dos direitos humanos e da democracia no Brasil – bandeiras históricas que perpassam todo o trabalho da organização. Realizamos a



Realizamos a

atividade na Praça Central, no Setor Comercial Sul, Brasília, onde se localiza a sede do Inesc.



O evento foi movimentado com muito forró, samba, rap, pop rock, entre outros ritmos. O Forró do B e a DJ Kashuu animaram o almoço dos transeuntes. Pela tarde, a animação ficou por conta dos DJs Bola e Eldy, do cantor Eliabe, da batalha de rimas, da oficina de charme com Pegada Black e das apresentações artísticas da companhia de teatro Bisquetes e do palhaço Rafael Trevo. No fim do dia, as Mulheres de Samba fizeram todo mundo dançar e o Distrito Drag, com as drag queens Dionísio, Cássia Labaxúria e Ruth Venceremos, emocionaram a plateia. Outro ponto alto foi o lançamento da Cypher dos jovens do projeto “Fortalecendo o Corre”.

Além das atividades culturais, organizamos uma feira de produtos artesanais. Participantes de projetos do Inesc e outros parceiros comercializaram produtos e serviços diversos como artesanatos, roupas, cosméticos, entre outros.

E mais: integrantes da nossa equipe passaram o dia na Banquinha dos Direitos Humanos. Entre jogos, distribuição gratuita de publicações feitas pela instituição e outros brindes, o objetivo da banquinha era explicar de forma lúdica e simples os temas principais da instituição: direitos humanos, democracia e orçamento público. Durante todo o dia, o local permaneceu rodeado de pessoas, principalmente jovens que passavam pela praça. A estimativa dos organizadores é que, só pela banquinha, tenham passado cerca de 200 pessoas, e cerca de nove mil pessoas pelo Festival.

A seguir, apresentamos os resultados alcançados em 2019 em torno dos sete objetivos específicos que norteiam nosso plano estratégico.

Objetivo Específico 1

Reforçar capacidades na sociedade civil em Orçamento e Direitos

1.1 Formação de crianças, adolescentes e jovens

Em 2019 o Inesc formou **389 crianças e adolescentes** em Orçamento e Direitos por meio dos projetos Onda e Vozes da Cidadania. 32% eram mulheres e 72% negros.

A proporção menor de meninas se deve ao fato de o Inesc ter formado adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de privação de liberdade em três unidades de internação masculinas e uma mista (a única que atende a meninas).

1.1.1. Onda

Em 2019, o Onda atendeu 223 meninos (100) e meninas (123) em duas escolas –Centro Educacional (CED) 01 do Itapoã (antigo CEF 05 do Paranoá) e Centro de Ensino Fundamental Dra. Zilda Arns do Itapoã – e em uma Unidade de Internação de Santa Maria (UISM).

No CED 01 as formações resultaram, entre outras atividades, na campanha antirracista “Por Que Não Amar?” (ver Boxe 1).

Boxe 1 – Campanha Por Que Não Amar?



A campanha “Por Que Não Amar?” é uma campanha antirracista elaborada por adolescentes do projeto Onda, do CEF 05 do Paranoá, que visa combater o racismo em suas comunidades e valorizar as culturas de seus territórios.

Após pesquisa na comunidade, análise de dados socioeconômicos da cidade bem como das mídias, os adolescentes elaboraram a campanha que foi lançada na quadra coberta da Administração da cidade. Em março a campanha foi apresentada em um grande evento que mobilizou a escola por um dia para discutir o racismo no Brasil destacando o ambiente escolar. O evento contou com atividades de dança, música, poesia, grafite, debates, teatro, oficina de turbante, de

autocuidado, fotografia, diálogos sobre a mídia, conversas sobre genocídio, oficinas de beleza negra com pessoas convidadas, privilegiando sempre habitantes da cidade.

Ainda no marco da campanha, foram desenvolvidas atividades de incidência junto a atores tais como: polícias civil e militar, profissionais de saúde, Conselho Tutelar, jovens e profissionais da Unidade de Atendimento Em Meio Aberto, parlamentares do DF e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão.

No CEF Zilda Arns o trabalho começou com a formação em direitos humanos e direitos da criança e do adolescente, incluindo a temática orçamentária. A partir daí, os/as estudantes passaram a se dedicar aos temas que mais os/as preocupavam: meio ambiente, feminicídio e questões de gênero.

Após estudos, pesquisas e debates os estudantes escolherem dois tipos de mídias para divulgar suas mensagens: vídeo e rádio.

Vale destacar que o CED 01 foi ocupado por militares, no marco da proposta do governo do Distrito Federal de “gestão compartilhada” o que tem afetado os(as) adolescentes que se sentiram desconfortáveis com uma cultura autoritária avessa à participação e à liberdade de expressão. Estamos promovendo diálogos com os policiais que estão na escola e nos colocando disponíveis para conversas com adolescentes e professores.

A turma do CED 01 também construiu uma peça de teatro que discute a história de luta dos moradores do Paranoá a partir da perspectiva do direito ao saneamento básico, principalmente ao acesso à água, fazendo relação dessa discussão com o racismo.

Um ponto forte do trabalho foi a intensificação da interação com meninos e meninas do socioeducativo em atividades noutros espaços comunitários. Este ano reunimos adolescentes de todas as unidades de internação com meninos e meninas das escolas em uma atividade de trocas de afetos, eventos culturais e produção de conhecimento.

Os adolescentes participaram de conferências regionais e da Conferência Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente causando impacto em cada espaço, pela desenvoltura e clareza das demandas.

Em 2019, a partir de processo de formação oportunizado pelo Inesc, crianças e adolescentes passaram a formar uma equipe de monitoramento do projeto, fato que os entusiasmou bastante.

1.1.2 Vozes da Cidadania 2

O Vozes da Cidadania é uma proposta de formação com adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação. O projeto alcançou **166 participantes**, considerando as três unidades de internação com as quais celebramos parceria: São Sebastião, Recanto das Emas e Planaltina. A Unidade de Internação de Santa Maria (Uism) está no âmbito do projeto Onda.

O trabalho promoveu formações em direitos humanos em diferentes linguagens como pintura, colagens, desenhos, poesias, jogos cênicos abordando temas a partir da pessoa passando por suas comunidades (quebradas) observando as desigualdades que as afetam. As desigualdades econômicas e raciais foram os temas mais debatidos.

Sem dúvida a formação contribuiu para maior desenvoltura para o diálogo, o que os habilitou a fazer reuniões com as direções de cada unidade de internação.

Em destaque a formação sobre orçamento público e direitos humanos que motivou um interno a escrever espontaneamente um texto contextualizando o sistema socioeducativo e a vida pessoal no tema do orçamento. O jovem autor foi convidado a apresentar sua reflexão na mesa de abertura da Conferência Livre do Socioeducativo, impressionando a todos os presentes.

Uma das metas do projeto foi construir uma campanha para fazer ecoar as vozes dos adolescentes em restrição de liberdade. O maior desafio para a implementação de tal iniciativa foi conceber uma campanha que dialogasse com os adolescentes de todas

as unidades, pois eles não podiam se encontrar. Assim, a construção dos consensos se deu por meio dos educadores que estavam em todas as unidades. O tema eleito foi: Nós Também é Humano (ver Boxe 2).

Além da campanha, foram promovidas exposições de fotografias de autoria dos adolescentes, bem como a terceira edição da coletânea “Para Além das Algemas”. Oficinas de poesia e de fotografia motivaram a produção de histórias, revelação de sensibilidades e olhares que podem surpreender pela delicadeza e intensidade. Ainda foram elaboradas várias edições do boletim “Fala, quebrada!”, com artigos, poesias, história em quadrinhos e jogos.

Como destaque, produzimos, em parceria com a Radioweb, 14 programas de rádio que abordam questões relativas aos direitos humanos de jovens de periferia.

Boxe 2 – Campanha Nós Também é Humano



Campanha elaborada por adolescentes que cumprem medida socioeducativa de restrição de liberdade de 4 unidades de internação São Sebastião, Recanto das Emas, Planaltina e Santa Maria. A iniciativa visou ecoar para o mundo as vozes dos adolescentes em restrição de liberdade.

A campanha faz um apelo para sua condição humana e para que seus olhares sobre a vida sejam percebidos. Mostra, ainda, perspectivas de construção de alternativas cidadãs.

1.1.3 Andares

Em 2018, o Inesc foi agraciado com o Prêmio Itaú-Unicef. Com os recursos advindos da premiação, resolvemos inovar e implementar um projeto de seguimento dos egressos de unidades de internação. Para tal, são selecionados adolescentes dispostos a continuar seu processo educativo (ensinos médio, técnico ou universitário) ou a trabalhar. Concedemos uma bolsa por um período de seis meses, além de atividades de apoio à inserção no sistema educativo ou no mundo do trabalho.

Assim, em 2019, foram realizadas oficinas semanais, entre março a outubro, na UISM, com o público alvo do projeto, alinhando as formações do Onda à história e projeto de vida.

Foram selecionados 7 bolsistas que recebem visitas domiciliares, diálogos diários e encaminhamento para serviços públicos. Destes, 3 jovens retornaram aos estudos, 1 passou no vestibular e 1 conseguiu emprego. Há previsão para encontros mensais com partícipes do projeto, bem como, acolhendo demandas e sugestões dos mesmos para articular oficinas e apresentações em escolas de suas comunidades para conversarem com estudantes sobre a realidade das juventudes pré e pós medida socioeducativa.

1.1 Formação e sensibilização de lideranças

Em 2019 o Inesc investiu muita energia nos processos de formação e de sensibilização em Orçamento e Direitos. A diferença entre sensibilização e formação tem a ver com o conteúdo e a intensidade da formação. Em geral, a sensibilização é feita em um dia enquanto a formação requer ao menos dois dias, e continua no processo de tutoria à distância. As atividades de tutoria são uma forma de aprofundar e dar seguimento às formações, e seu andamento se deu principalmente no auxílio aos educandos em suas atividades de incidência. Importante destacar que os processos preparatórios de sensibilização e de formação em Orçamento e Direitos são participativos e contam com os diversos atores, educadores e educandos.

Assim, em 2019, formamos **459 lideranças** em Orçamento e Direitos e **sensibilizamos 15**, de **13 organizações**: Movimentos Cidades (6), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES (Apoime), Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) e migrantes venezuelanas de Roraima. A maioria dos/as formados/as foi de mulheres (64%), conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1

Inesc: número de sensibilizadas (os) e formadas (os) em Orçamento e Direitos, 2019

Formação	<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Total</i>
Movimentos Cidades (6)	43	26	69
Contag	127	99	226
Apoime/Foirn	15	20	35
Conaq	17	10	27
MMC	30		30
Migrantes venezuelanas RR	60	12	72
Total	292	167	459

Sensibilização	<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Total</i>
Indígenas de Roraima	6	9	15
Total	38	34	15

Fonte: PMAS do Inesc.
Elaboração própria.

1.2.1 Sensibilização

Em parceria com o Gabinete da Deputada Joênia Wapichana (Rede, Roraima) promovemos uma sensibilização de um dia em Orçamento & Direitos de povos indígenas. A sensibilização contou com os/as funcionários do gabinete que trabalham na cidade e com lideranças indígenas de sete organizações locais (Conselho Indígena de Roraima; Associação dos Povos Indígenas de RR; Wanassedumg Yekwana; Organização Indígena da Cidade; Hutukara Associação Yanomami e Organização das

Mulheres Indígenas), além de representantes do gabinete de vereadores indígenas do estado e uma professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

1.2.2 Formação

Em 2019, como resultado dessas formações foram realizadas diversas atividades de incidência que, em muitos casos, renderam frutos. Assim, por exemplo, diversas cidades integrantes da Rede Cidades atuaram junto aos poderes públicos locais para debater o orçamento, o Plano Diretor ou, ainda, o transporte público como direito. As formandas migrantes desenvolveram intensas atividades de incidência junto ao governo de Roraima para inserir medidas que beneficiem os migrantes, tanto no Plano PluriAnual (PPA) quanto no Projeto de Lei Orçamentária.



Boxe 3 – O desafio da tutoria nos processos de formação em Orçamento e Direitos

Em 2017, de forma inovadora, o Inesc aprofundou o processo formativo adicionando a dimensão da tutoria dos educandos em Orçamento e Direitos. Para além das atividades presenciais, o Inesc iria acompanhar aqueles e aquelas que participaram da atividade, complementando o processo de aprendizagem e auxiliando-os nas ações de incidência. Essa meta foi parcialmente alcançada na medida em que criamos um fórum virtual onde os formandos poderiam acessar materiais a apresentar suas dúvidas e propostas. Além disso, celebramos parceria com a Escola Nacional de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Enfoc/Contag) para disponibilizar nossos materiais e dirimir questionamentos.

Não foi possível ir além essencialmente devido às características do Inesc, que não é uma organização tipicamente de educação. O número pequeno de assessoras(es) e seu envolvimento em diversas outras atividades institucionais (produção de informações, participação em eventos, realização de atividades de incidência, entre outras) dificulta a dedicação contínua aos educandos. Além disso, a própria dinâmica das lideranças, envoltas em um sem fim de ações, não permite uma interação regular.

Para resolver essa questão, foram implementadas as seguintes estratégias: i) realizar, quando possível, a formação em duas etapas, sendo que o segundo momento seria voltado para aprofundar as ações de incidência em função da formação em Orçamento e Direitos realizada na primeira etapa; ii) contratar consultor do próprio movimento para auxiliar na elaboração dos materiais de formação, na mobilização dos participantes e na elucidação de dúvidas; iii) inserir, quando possível, os materiais do Inesc nas plataformas dos movimentos. Este foi o caso com a Enfoc da Contag; iv) organizar, junto com os movimentos, ações de incidência tanto em âmbito local quanto federal; e, (v) atender as demandas e questões dos formandos, quando a equipe do Inesc for acionada. Note-se que o uso do Whatsapp como canal direto de comunicação entre educandos e educadores tem sido muito utilizado para esclarecimento de dúvidas dos educandos.

Objetivo Específico 2

Influenciar o orçamento e decisões públicas em temas e territórios estratégicos

2.1 Atuando na defesa da justiça fiscal

Em 2019 demos continuidade à nossa atuação pela justiça orçamentária e tributária, avaliando as decisões do governo em relação aos recursos públicos. **Produzimos análises sobre os projetos de Plano PluriAnual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA)** enviados para o parlamento pela administração Bolsonaro. As análises tiveram repercussão nas mídias tradicionais e redes sociais. Na pauta tributária, incidimos no Congresso para a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 162/2019. Se aprovado o projeto, que já passou pelo Senado e agora está na Câmara dos Deputados, a sociedade vai poder saber quanto as empresas ganham de incentivo fiscal federal no Brasil, um dado protegido hoje pelo sigilo fiscal.



Destaque-se, ainda, que o Inesc acompanha o Compromisso 2 – Ecossistema de Dados: Monitoramento e Execução do 4º Plano de Ação Brasileiro da Parceria para o Governo Aberto (OGP, na sua sigla em inglês). O Compromisso 2 prevê: “estabelecer, de forma colaborativa, modelo de referência de política de dados abertos que promova integração, capacitação e sensibilização entre sociedade e as três esferas de governo a partir do mapeamento das demandas sociais”. Além de participar da elaboração do documento de análise das iniciativas de dados abertos existentes no Brasil, que serão referência para um modelo a ser elaborado para governos estaduais e municipais, o Inesc também participa da elaboração do plano de comunicação do referido compromisso.

2.2 Atuação na área socioambiental e na Amazônia

2.2.1 Na defesa da Funai e da demarcação de terras indígenas

A primeira medida do governo Bolsonaro foi a edição em janeiro da Medida Provisória (MP) 870/2019, que reorganizou o governo federal a luz das prioridades da administração recém-eleita. O texto da MP tirava a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a demarcação de terras indígenas (TI) do Ministério da Justiça. A Funai era entregue ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, comandado pela pastora Damares Alves, e a demarcação de TI para o Ministério da Agricultura, nas mãos dos ruralistas.

Movimentos indígenas e indigenistas, bem como outras organizações defensoras dos direitos dos povos originários, dentre os quais o Inesc, exerceram enorme pressão no Congresso e, finalmente, em maio, as medidas foram revertidas. Na votação final da MP 870 pelos parlamentares, a Funai voltou para o Ministério da Justiça e a demarcação de terras voltou para a Funai.

2.2.2 Investimentos e direitos na Amazônia

O tema das queimadas e do desmatamento na Amazônia brasileira voltou a ocupar intensamente as notícias nacionais e internacionais em 2019. O fenômeno embora não seja novo, adquiriu proporções e dinâmica que haviam sido interrompidas em 2004 graças a políticas públicas de fiscalização e punição aos desmatadores e à criação e gestão de áreas protegidas. Este quadro se reverteu dramaticamente com a eleição do presidente Bolsonaro que operou um rápido desmonte das políticas públicas e vocalizou um discurso de autorização e estímulos ao desmatamento, à grilagem de terras e à violência contra os povos da floresta. Neste cenário, o Inesc atuou em várias frentes: denunciando o desmonte das políticas socioambientais e do orçamento públicos, produzindo estudos sobre investimentos na Amazônia que violam direitos, fortalecendo grupos sociais e movimentos que defendem direitos indígenas, quilombolas e de atingidos pela mineração e por barragens, na região.

Destacamos a realização do seminário “Desmatamento e Queimadas na Amazônia: tendências, dinâmicas e soluções”, realizado em novembro de 2019. No evento, o Inesc divulgou análise do orçamento destinado, nos últimos cinco anos, à prevenção e controle de incêndios florestais nas áreas federais prioritárias.

Governo utilizou 9% dos recursos disponíveis para conter queimadas, diz Inesc

Por Erick Mota - Em 28 nov, 2019 - 15:03

Mais Artigos

Compartilhar



2.2.3 Defesa dos territórios frente à mineração

O ano de 2019 ficará marcado como o ano do maior crime socioambiental na história do Brasil. Foram 249 mortes e 21 pessoas desaparecidas no rompimento da barragem da Vale S.A em Brumadinho. O Inesc, como parte da secretaria operativa do Comitê em Defesa dos Territórios frente à Mineração, trabalhou intensamente para evidenciar como o modelo mineral brasileiro e a conivência do Estado com a irresponsabilidade das empresas pelos impactos e pelos riscos de suas atividades estão na origem de crimes como os de Brumadinho e Mariana. Em 2019, o Inesc produziu e divulgou informações e participou de audiência pública para exigir maior controle ambiental e uma profunda revisão da tributação do setor que também leva à uma ampliação agressiva da extração mineral no país, além de reforçar uma estrutura tributária injusta.

Na relação entre tributação e mineração, o Inesc também atuou para ampliar a transparência e o controle social da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (Cfem), em especial no município de Canaã dos Carajás, no Pará. A intenção do trabalho é o fortalecimento de ações locais em prol do maior envolvimento da população e de grupos sociais com o tema, exigindo maior



transparência e, também, sua aplicação em políticas que garantam direitos e reparem violações provocadas pelas mineradoras. Uma das atividades nesta agenda foi a oficina realizada em Canaã dos Carajás, Pará, nos dias 13 e 14 de dezembro, da qual participaram lideranças de movimentos sociais locais.

2.2.4 Dimensionando os subsídios aos combustíveis fósseis



Em junho de 2019 o Inesc lançou a segunda edição do monitoramento dos subsídios aos combustíveis fósseis no Brasil, atualizada para 2018.

O estudo chamou atenção para os números expressivos dos subsídios aos fósseis: foram R\$ 85 bilhões em 2018, que equivaleram a 2,8 vezes o orçamento do Programa Bolsa Família ou 24 vezes o valor do orçamento do Ministério do Meio Ambiente (R\$3,49 bilhões) para o ano de 2018.

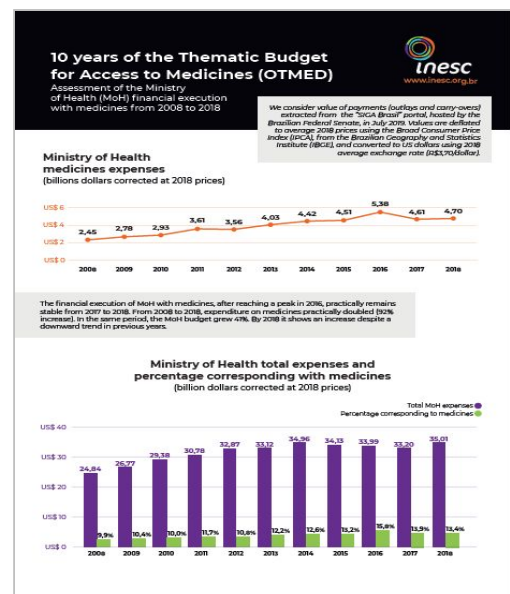
Em um contexto de crise fiscal brasileira e climática global, este tema ganha ainda mais importância. Por isto, o Inesc seguiu em 2019 pautando essa agenda e demandando do Estado brasileiro maior transparência e uma política de revisão destes subsídios.

2.3 Monitorando os orçamentos da Saúde e de Acesso a Medicamentos

O Orçamento Temático de Acesso a Medicamentos (Otmed) tem como objetivo avaliar a alocação de recursos federais na promoção do acesso a medicamentos no Brasil e seus impactos para a garantia de parte fundamental do direito à saúde.

Em 2019, publicamos análises inéditas referentes a dez anos de Otmed, de 2008 a 2018. Preparamos um *factsheet* para divulgação dos principais resultados, especialmente para 16ª Conferência Nacional de Saúde, que foi realizada, em Brasília, em agosto.

Ainda em 2019, demos os primeiros passos para o desenho de uma campanha que visa incentivar a criação de uma política de inovação em medicamentos alinhada com o direito à saúde. A campanha deverá ser lançada em 2020 e contará com a participação de organização parceiras, como o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia), o Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Reporter Brasil e a Universidades Aliadas por Medicamentos Essenciais (UAEM).



2.4 Monitorando o orçamento da Educação

Em 2019 demos continuidade ao monitoramento dos gastos federais com educação, área que também vem sendo desmontada por gestões incompetentes, avessas à ideia de direitos e, portanto, interessadas na privatização da política.

O setor também foi atingindo pelas medidas de austeridade tendo perdido recursos desde 2016, quando foi aprovada a Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos por 20 anos. Um dos setores mais afetados foi o da Educação de Jovens e Adultos (Eja), que praticamente desapareceu.

As propostas da equipe econômica do governo Bolsonaro de desvincular receitas bem como diminuir as despesas obrigatórias associadas ao Teto dos Gastos representam sérios riscos para a realização progressiva dos direitos, especialmente em áreas como a educação pública, cujos recursos são em boa medida vinculados.

Cortes orçamentários afastam país de educação pública de qualidade para todos

11/04/2018, às 12:05 (atualizado em 16/03/2019, às 22:37) | Tempo estimado de leitura: 8 min

Universidades sofrem efeito das medidas de austeridade pós-crise econômica e política

Por Cleo Manhas, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)

Recentemente, a reitoria da Universidade de Brasília (UnB) **expôs publicamente a difícil situação financeira na qual a instituição se encontra**. Na esteira da crise econômica e política atual e o consequente regime fiscal – que tem na Emenda Constitucional 95 sua medida mais extrema – o caso da UnB não é isolado e pede uma análise mais detalhada sobre o orçamento público destinado ao ensino superior.

Geralmente, o que acontece é que as despesas executadas pelo governo são menores dos que os recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual. Por exemplo, em 2015, o montante executado relativo ao ensino superior ficou abaixo dos R\$ 40 bilhões aprovados. Ao longo dos anos, essa “inexecução orçamentária” tem aumentado – o que nos leva a crer que um valor ainda menor será executado em 2018.

2.5 Monitorando o orçamento da Criança e do Adolescente

Em 2019 o Inesc voltou a monitorar o orçamento da criança e do adolescente, revelando o descaso das políticas federais para com esse grupo da população. Em outubro, fomos convidados a apresentar os dados em Audiência Pública da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Os indicadores sociais revelam uma realidade perversa para crianças e adolescentes no Brasil: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE), pouco mais de 22% das crianças e adolescentes com idade entre 0 e 14 anos vivem em situação de extrema pobreza, o que corresponde a 9,4 milhões de pessoas. A situação vem piorando em anos recentes: em 2016, eram 8,8 milhões de crianças e adolescentes vivendo na pobreza extrema, ou 22,6% do total de brasileiros com idade entre 0 e 14 anos, o que equivale a um aumento de 7% em apenas dois anos¹.

A resposta do governo federal tem sido a de cortar recursos.

2.6 Atuando na promoção da equidade de gênero, raça/etnia e na promoção dos direitos da comunidade LGBTQIA+

A defesa dos direitos das mulheres, da população negra, incluindo os quilombolas, e dos povos indígenas perpassa toda a atuação do Inesc. Assim, por exemplo, nas nossas atividades de *formação* e de *sensibilização* em Orçamento e Direitos damos prioridade a esses grupos da população. Em geral, a maioria dos nossos educandos é composta por mulheres e negros. Ou ainda, quando analisamos a execução orçamentária do governo federal nos debruçamos sobre os seus impactos nas mulheres, nos povos indígenas e na população negra. Na nossa atuação pela *reforma do sistema político*, além de permanentemente incidir na sociedade para a participação ativa de movimentos de mulheres, indígenas e da população negra na

¹ A esse respeito, veja: <https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2019-05/cenario-brasil-2019.pdf>

Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, efetuamos análises das candidaturas nas eleições na perspectiva de gênero e raça. As atividades que realizamos na defesa do *direito à cidade* levam em conta as questões de gênero e raça: assim, por exemplo, o projeto Juventudes nas Cidades – Fortalecendo o Corre é majoritariamente integrado por jovens negros e negras.

Desenvolvemos ainda atividades específicas como aquelas em volta do 8 de Março e do Dia da Consciência Negra. Participamos do Fórum Permanente pela Igualdade Racial (Fopir).

Boxe 4 – Na defesa dos direitos das mulheres migrantes

O Inesc, em parceria com o Núcleo de Mulheres (Numur – Roraima) e o Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa), realizou em Boa Vista um ciclo de três oficinas de formação, chamado *Uma cidade com políticas públicas acolhe bem a todos/as! – Orçamento Público & Direitos dos/as migrantes*. A partir da metodologia Orçamento & Direitos, estimulamos a aliança entre lideranças migrantes e organizações da sociedade civil de Boa Vista, visando a incidência no orçamento público para a efetivação de políticas que acolham os/as migrantes – ao mesmo tempo em que se consolidem como um legado para a população roraimense.

Foram realizadas 3 oficinas de formação em Orçamento & Direitos com participação de 72 pessoas, 60 mulheres e 12 homens. Também foram realizadas oficinas de formação de Promotoras Legais Populares, que contaram com 54 mulheres migrantes e não migrantes, dividido em 3 módulos.



Boxe 5 – Lacre: Abrindo Perspectivas para Inclusão Econômica e Social



O projeto Lacre é desenvolvido em parceria com o Levante Popular da Juventude e financiado pela Doritos Rainbow. Tem como objetivo contribuir com a profissionalização de pessoas LGBTQIA+ na área da cultura e ampliar a rede de acesso e de oportunidades de trabalho para este grupo. Em 2019 foram dadas formações em técnicas de iluminação, sonorização e fotografia. Para cada um dos temas foram dedicadas 24

horas de oficina (aula teórica), divididas em 3 dias e mais 8 horas de aula prática que acontecia nos saraus promovidos pelo projeto ao fim de cada módulo. Portanto, foram realizados 4 saraus, sendo que o primeiro correspondeu ao acolhimento dos participantes.

Ao todo, foram beneficiados 44 jovens e 36 concluíram a formação tendo acesso ao certificado. Desses 36, 27 eram mulheres, 7 homens e 2 se identificaram como não-binários.

Objetivo Específico 3

Atuar na defesa da reforma ampla do sistema político

3.1 Incidindo na defesa da participação social

A primeira medida do governo Bolsonaro foi a edição da Medida Provisória (MP) 870/2019 que reorganizou o governo federal a luz das prioridades da administração recém-eleita. O texto da MP apresentava quatro pontos críticos do ponto de vista das organizações e movimentos sociais: feria a Constituição, que estabelece o livre direito à associação; ignorava a importância da sociedade civil para a democracia; apresentava uma proposta de monitoramento de milhares de organizações; e ignorava os existentes órgãos de controle, como o Ministério Público e o Tribunal de Contas.

Um amplo movimento da sociedade civil se organizou, incluindo o Inesc, e pressionou o Congresso Nacional, que acabou retirando o inciso que permitia monitorar a atividade de organizações não governamentais, infligindo a primeira derrota do governo Bolsonaro.

3.2 Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político

Lutar por outro sistema político é o mote da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político². Criada em 2004, a Plataforma busca disputar em âmbito nacional o debate da reforma do sistema político, defendendo a radicalização da democracia para o enfrentamento das desigualdades, a promoção da diversidade e o fomento da participação cidadã. Ela se articula em torno de 6 eixos de atuação: i) fortalecimento da democracia direta; ii) fortalecimento da democracia participativa/deliberativa; iii) aperfeiçoamento da democracia representativa; iv) democratização da informação e da comunicação; v) democratização e transparência do Sistema de Justiça; e, vi) economia e democracia. A Plataforma é integrada por dezenas de redes, fóruns, articulações, movimentos, organizações, coletivos, ativistas e pesquisadores de todo território nacional. O Inesc faz parte do Grupo de Referência da Plataforma e, como tal, lidera um projeto de 3 anos financiado pela União Europeia, que começou no final de 2018.

Em 2019, 32 novas organizações aderiram à Plataforma revelando a relevância do tema na conjuntura brasileira. Atualmente, a Plataforma é integrada por 82 organizações, um aumento de quase 30% de novas organizações em apenas ano de projeto

Foram desenvolvidas várias atividades de mobilização, de produção de informação e de incidência. Assim, podemos destacar a realização de 60 atividades autogestionadas que promoveram, em todo o Brasil, ações de formação, discussão, formulação e incidência a partir das temáticas propostas para a reforma do sistema político. Merece menção, ainda, a organização de encontros e seminários para avançar nos debates em áreas como



² Para maiores informações, ver: <http://www.reformapolitica.org.br/>

gênero, raça, etnia, laicidade, orientação sexual e democracia plurirracial. Ainda em 2019 foi realizado o Encontro Nacional da Plataforma que contou com representantes de 89 organizações, movimentos e coletivos, das cinco regiões do país. O encontro mostrou que a Plataforma vem ampliando tanto o número de participantes, quanto a diversidade étnica, racial, geracional e regional. Foram também realizadas ações de incidência como audiências públicas e debates com órgãos e autoridades públicas. A Plataforma acompanhou a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos. Do ponto de vista da divulgação e da comunicação, importantes passos foram dados: produção e publicação de análises, estudos, artigos e posicionamentos críticos sobre a conjuntura; foi idealizado e lançado o programa semanal “A casa é sua” no canal do YouTube³; foi ainda lançado o programa de rádio, que já no terceiro programa contou com 320 aproveitamentos, o que representa 307 rádios de 279 cidades de todas as regiões do país. Estas cidades, somadas englobam mais de 55 milhões de habitantes; por fim, o novo site da Plataforma foi concebido e testado, devendo ser lançado no começo de 2020.

3.3 Conferência Nacional Democrática de Assistência Social



Em 2019, de acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), o Conselho Nacional de Assistência Social convocou a Conferência Nacional de Assistência Social. O governo do Presidente Bolsonaro usou de artimanha jurídica e revogou a convocação. Diante disso, um conjunto de organizações da sociedade civil resolveu convocar uma “conferência nacional democrática” (CNDAS), organizada e financiada pela sociedade civil.

Assim, a CNDAS foi convocada pela sociedade civil do Conselho Nacional de Assistência Social, pelo Colegiado Nacional de Gestores/as Municipais de Assistência Social, pela Frente Nacional em Defesa do Sistema Único de Defesa Social e da Seguridade Social, pelo Fórum Nacional de Trabalhadores/as do Suas, Fórum Nacional de Usuários/as do Suas, entidades socioassistenciais, movimentos sociais, organizações populares, mandatos parlamentares, universidades, sindicatos, órgãos de classe, defensores/as do Suas, e mais de 300 entidades de todo o Brasil, o que demonstrou a capacidade da resistência popular.

Com o tema “Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social”, a CNDAS, plural e popular, reuniu cerca de 800 participantes, de todas as regiões do Brasil, em novembro, em Brasília. A Conferência foi precedida de 4211 conferências municipais e 23 conferências estaduais, que mobilizaram cerca de 200 mil pessoas.

Um importante resultado da Conferência foi a recomposição dos recursos para a área: no final do ano o governo liberou mais de R\$ 700 milhões relativos ao exercício de

³ <https://www.youtube.com/channel/UCIbNzRai08-ux24P9QluJLA>

2019 para a manutenção de Cras, Creas, Centros Pop, Acolhimentos, para assegurar mais de 25 milhões de atendimento no ano!

O Inesc participou desde o começo, integrando a Comissão Organizadora da CNDAS bem como no grupo encarregado da captação de recursos para realização da Conferência.

Em tempos de fechamento de espaços de participação social por parte do Executivo e de perseguição e criminalização de organizações e movimentos sociais, ter conseguido realizar a CNDAS, com financiamento próprio, foi um sucesso. Revela que energias vivas e aguerridas estão presentes na sociedade, dispostas a lutar por direitos e por democracia.



Objetivo Específico 4

Promover o direito às cidades

O direito à cidade é uma bandeira que o Inesc defende especialmente desde 2012 quando participou da criação do Movimento Nossa Brasília (MNB), que passou a fazer parte da Rede Cidades.

4.1 Rede Cidades e MobCidades

Em parceria com a Rede Cidades o Inesc vem desenvolvendo desde 2017 o projeto MobCidades, que envolve cerca de 100 organizações não governamentais de 10 movimentos em 10 cidades (Brasília, Belo Horizonte, Ilhéus, Ilhabela, João Pessoa, Recife, Piracicaba, Rio de Janeiro, São Luís e São Paulo).

O projeto consiste na formação destas organizações para que atuem no orçamento público, na mobilidade urbana e no direito à cidade, com vistas a regulamentar o transporte como direito social. O Inesc coordena o projeto e em cada uma das cidades uma organização local atua como ponto focal, responsável por mobilizar os movimentos. Além das oficinas de



formação, os movimentos de cada uma das cidades realizaram dezenas de reuniões, de mobilizações e de atividades de incidência nos ciclos orçamentários locais. Vários ativistas envolvidos no projeto também fizeram os cursos *online* promovidos pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, sobre Orçamento.

Em 2019, a ênfase foi dada à regulamentação do dispositivo constitucional que transformou o transporte público urbano em direito social. Para tal, foi lançada no segundo semestre, no âmbito do MobCidades, a campanha “Embarque por Direitos”.

Com efeito, em 2015 foi aprovada a Emenda à Constituição que inseriu no artigo 6º o transporte no rol dos direitos sociais, juntamente com saúde, educação entre outros. Deste modo, a regulamentação desse dispositivo é urgente, se levarmos em consideração que o transporte coletivo público, além de ser direito em si, é mecanismo de acesso a outros direitos, visto que para que as pessoas possam ir, vir, permanecer e gozar do direito às cidades precisam ter acesso aos meios de transporte, que por sua vez precisam ser de qualidade e condizentes com as condições socioeconômicas da maioria da população.

A campanha está sendo desenvolvida junto ao legislativo Federal, com o qual estamos construindo uma proposta de projeto de lei a ser apresentado para a tramitação. Temos ainda uma mobilização por meio dos movimentos por direito à cidade, tais como o Movimento Nossa Brasília, além de estarmos coletando assinaturas de apoio à proposta.

Boxe 6 – O que fizemos em gênero no projeto MobCidades

Nossa Brasília realizou várias oficinas nas cidades Itapoã e Paranoá, para discutir gênero e mobilidade, o que resultou em um livro escrito por nove pessoas LGBTQIA+, das duas cidades, a partir de várias oficinas de escrita criativa.

O livro, intitulado “764, da Barragem para Cá”, foi lançado numa atividade chamada de Parada Viva, onde uma série de atividades culturais são realizadas numa parada de ônibus, como forma de chamar a atenção, não somente do direito à cidade, como do direito ao transporte.



Foto de Fábio Willian

Nossa BH, de Belo Horizonte, realizou o Seminário Cidades e Corpos, que resultou em um relatório com o mesmo nome, demonstrando as inquietações e propostas feitas no evento.

É um segundo relatório, fruto de auditoria de segurança das mulheres, que o Mobicidades realizou junto com a ONU-Habitat, também em Belo Horizonte.



Em **Piracicaba**, o movimento promoveu oficina sobre gênero e raça, para realizar pesquisa participativa no transporte público sobre assédio, a ser respondida por mulheres.

A **Casa Fluminense**, no Rio de Janeiro, organizou várias rodas de conversa em diferentes cidades da Baixada Fluminense para discutir mulheres, transporte e acesso à educação e ao trabalho.

4.2 Movimento Nossa Brasília

O Movimento Nossa Brasília, do qual o Inesc faz o secretariado, se articula em rede e põe em diálogo pessoas, iniciativas e organizações comunitárias, outras redes e movimentos sociais que compartilham a defesa do Direito à Cidade e dos Direitos Humanos com uma perspectiva crítica, popular e coletiva. É um espaço de participação política que visa o aprofundamento da democracia, promoção dos direitos e equidade de gênero, bem como o combate ao racismo em nossa sociedade. Tem como prioridades a discussão da mobilidade urbana, seu orçamento, além do Mapa das Desigualdades e as questões de gênero e orientação sexual (ver Boxe 6).

Boxe 7 – Mapa das Desigualdades

O Mapa das Desigualdades, uma iniciativa do Inesc e do Movimento Nossa Brasília, é uma construção que possibilita visualizar as desigualdades no território ao comparar regiões. Permite que se compare saúde, educação e outras políticas garantidoras de direito e como estão distribuídas pelas cidades. No caso de Brasília, em todo o seu diverso território que possui apenas um município, mas várias e diferentes cidades. A proposta é dispor de indicadores desagregados e acompanhados por histórias de vida daqueles que compõem o público por trás dos números, para perceber como as desigualdades se espriam pelo território e dificultam a democratização das cidades.

Já realizamos duas atualizações dos dados quantitativos, sendo o último apresentado em 2019, além de outras duas pesquisas qualitativas, uma na Estrutural, que resultou no livro “Uma Cidade em Crônicas” e o mais recente, tratando de gênero e mobilidade, em outras duas cidades do DF, Itapoã e Estrutural, que resultou no livro “764 da Barragem para cá”.

Em 2019, atuamos no Paranoá e em Itapoã, que são duas cidades surgidas a partir de ocupações inicialmente consideradas irregulares pelo poder público e que atualmente



contam com precários indicadores de políticas públicas. Nesse novo momento, o recorte temático do Mapa é a vivência da mobilidade urbana e as desigualdades de gênero e raça, com o objetivo de oferecer mais uma ferramenta de incidência e atuação política para a população daquelas cidades.

4.3 Juventudes nas Cidades – DF Fortalecendo o Corre

O projeto Juventudes nas Cidades tem o objetivo de reunir coletivos de jovens para enfrentar as desigualdades nas cidades brasileiras e tem atividades em Brasília, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. É uma parceria entre sete organizações: Oxfam Brasil, Ação Educativa, Instituto Polis, Fase, Ibase, Crioula e Inesc.

Ele conta com oficinas de formação e assessorias visando a inclusão econômica de jovens em tempos de crise e cortes de políticas públicas, bem como formação política em temas como, gênero, raça, desigualdades e direito à cidade.

No Distrito Federal, o projeto reuniu, em 2019, 38 coletivos, mobilizando 57 jovens, sendo 29 homens e 28 mulheres, incluindo uma mulher trans. A maioria absoluta é negra.

As atividades desenvolvidas pelos coletivos de jovens são diversas: artes cênicas, grafite, tatuagem, poesias, poesias periféricas, escrita criativa, livros, livretos, zine, lambe-lambe, estêncil, produção audiovisual, produção de mídias digital, fotografia, produção de eventos (saraus, feiras, batalhas de rima, shows, intervenções), serigrafia, customização de roupas e acessórios, turbantes, aulas de dança (break, charme, funk), produção de temperos e bombons caseiros, horticultura, aromaterapia, terapia holística. Há ainda ocupações culturais nutridas por forças de diferentes culturas periféricas e negra. Ocorrem também debates sobre economia solidária, economia criativa, sobre sustentabilidade, ancestralidade e espiritualidade. É comum o orgulho de suas comunidades (quebradas), das histórias de luta de seus territórios, bem como a busca em promover nas periferias um acolhimento, lazer, liberdade, pontos de encontros de aprendizagem que fortaleçam o corre deles e delas.



Em 2019, o projeto promoveu 8 oficinas, 4 assessorias, 1 atividade pública, 1 evento autogestionado e articulou 13 eventos. Os integrantes do projeto estiveram em atividades diversas como lançamentos de campanhas, batalha de rima, rodas de conversas, seminário, saraus. As atividades aconteceram em 6 regiões administrativas do Distrito Federal (Estrutural, Samambaia, Santa Maria, Varjão, Planaltina, Taguatinga).

Os jovens do Corre participaram, ainda, do 2º Encontro Nacional do projeto, realizado no Rio de Janeiro.

É importante destacar que o Inesc tem buscado contratar serviços de jovens e coletivos de jovens para a realização de suas atividades institucionais ou de atividades de outros projetos, buscando assim contribuir com sua inserção no mundo do trabalho.

Objetivo Específico 5

Influenciar processos de governança global e de articulações regionais e internacionais que impactam políticas nacionais estratégicas

Em 2019, o Inesc deu seguimento à sua atuação no cenário internacional na luta por negociações justas, participativas, transparentes e inclusivas. Tarefa difícil considerando os efeitos combinados da crise econômica, da onda conservadora que paira sobre o mundo e as Nações Unidas e outros espaços multilaterais de negociação, onde o setor empresarial ganha, cada vez mais, poder e voz. Faz-se mister destacar que o Inesc é uma das poucas organizações brasileiras a manter e aprofundar a ação internacional. Adotamos como estratégia atuar nos vários fóruns globais, tanto da sociedade civil quanto multilaterais, que organizam os processos e decisões mundiais. Neste sentido, temos estado presentes no espaço das Nações Unidas – na agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e nas negociações de clima – e no monitoramento das Instituições Financeiras Internacionais, além do Fórum Social Mundial, de redes regionais de justiça fiscal e da Rede Internacional de Aprendizagem do (IBP).

Junto com outros, o Inesc foi proativo na denúncia em espaços internacionais das medidas do governo Bolsonaro e seus impactos no aumento da pobreza, das desigualdades e da injustiça social: fomos às Nações Unidas, ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial bem como fomos à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). O Inesc também participou dos debates da articulação de organizações brasileiras que monitoram a implementação dos ODS. Esteve ainda presente em eventos relacionados às mudanças climáticas, representando a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip) e o Grupo Carta de Belém (GCB). Junto com a Rebrip monitorou a atuação das Instituições Financeiras Multilaterais (IFI) e o recém-criado Novo Banco de Desenvolvimento (NBD).

No campo da cooperação internacional para o desenvolvimento, o Inesc vem atuando por intermédio da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e do Forus, conhecida como Fórum Internacional de Plataformas de ONGs Nacionais (IFP/FIP) participando, entre outras atividades, de reuniões com a União Europeia. Além de poder contar com a participação de Lara Pietricovsky, do Colegiado de Gestão do Inesc, como presidenta do Forus, eleita para a gestão 2018-2020, e representante da Abong, entidade da qual também é diretora.

5.1 Monitorando as Instituições Financeiras Internacionais

Em 2019, nós participamos das reuniões anuais do Banco Mundial e FMI em Washington, nos Estados Unidos. As reuniões possuem, entre suas atividades, um fórum de debate e discussão entre sociedade civil e as instituições financeiras, em que organizações não governamentais (ONGs) apresentam estudos e fazem demandas às IFIs. Neste ano, o Inesc promoveu a sessão “Crise Ambiental na Amazônia, Dilemas para o Desenvolvimento Sustentável e o Papel do Banco Mundial: Perspectivas Brasileiras e Bolivianas”, por meio da parceria com International Rivers, Cedla, Christian Aid e Conectas. Além disso, Lara Pietricovsky, do, participou de uma sessão sobre medidas de austeridade e seus impactos nas mulheres na América

Latina. Como frutos dessa participação, o Inesc celebrou parceria com o Bank Information Center (BIC) para realização de pesquisa sobre impactos socioambientais de investimentos de Instituições Financeiras Internacionais na Amazônia.

No que se refere ao NBD/Brics, o Inesc tem atuado tanto representando a Rebrip como participando de outras redes sobre o tema, a saber, o GT Brics da Coalizão Direitos Humanos no Desenvolvimento e o *Brics Feminist Watch*.



5.2 Justiça Fiscal



O Inesc integra a rede de parceiros do International Budget Partnership (IBP) e nessa condição tem participado de diversas iniciativas de troca de experiências entre organizações de distintos países na temática orçamentária. Esse foi o caso de reunião realizada na Ucrânia, em fevereiro, promovida pelo Center Eidos, sobre **dados abertos**. Participaram representantes do Global Initiative for Financial Transparency (Gift), além de organizações da Argentina (Asociación Civil por la Igualdad y la Justicia –ACIJ) e da Indonésia (Inisiatif).

Participamos de outra iniciativa internacional promovida pelo IBP, uma pesquisa sobre credibilidade orçamentária que envolveu 24 organizações da sociedade civil de 23 países. Desafios de credibilidade orçamentária surgem em todo o mundo, em uma ampla gama de setores e programas, e impactam a **transparência** das contas públicas. Dado o grau em que as mudanças no orçamento podem afetar as principais prioridades em matéria de políticas públicas, é essencial que os governos comuniquem à sociedade informações confiáveis sobre suas despesas. O Inesc participou do estudo com o tema do orçamento público para as mulheres no Brasil, considerando especificamente o programa Políticas para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento a Violência, no período de 2013 a 2017. As conclusões revelam a falta de transparência no que diz respeito às mudanças efetuadas no orçamento devido a contingenciamentos ou cortes de recursos, comprometendo seriamente a credibilidade orçamentária do programa: pouca ou nenhuma explicação é dada à sociedade para as diminuições de recursos observadas no programa no período analisado.

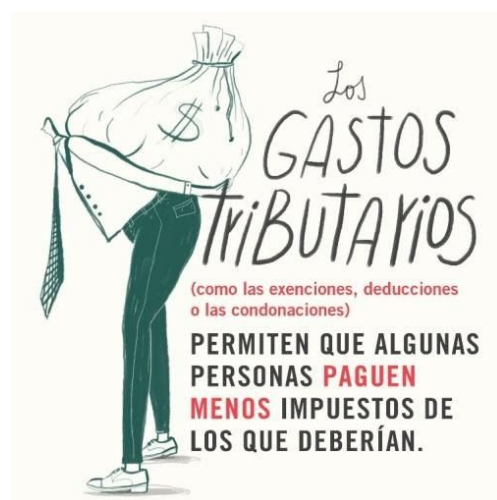
Outra importante iniciativa apoiada pelo IBP tem a ver com a construção de **metodologias**



internacionais que avaliam o orçamento público levando em conta as dimensões de gênero e raça.

O Inesc é uma das organizações que propôs três anos atrás este projeto. Em 2019, em parceria com a Campanha Nacional dos Direitos Humanos dos Dalits (NCDHR, na sua sigla em inglês), da Índia, o Inesc participou do High Level Political Forum (HLPF), da ONU, em setembro. Além disso, o Inesc participou de seminário que antecedeu o HLPF, sobre discriminação, onde estiveram presentes diversos países da África, Ásia, além de Europa e Estados Unidos, com agendas de discriminação racial, contra romanos, dalits e casos de escravidão contemporânea. Nos viabilizamos a participação da Conaq, por meio do representante Antonio Bispo dos Santos. No seminário, apresentamos dados sobre o orçamento raça e gênero do Brasil bem como sobre a sub-representação de negros e mulheres no parlamento. O resultado do seminário foi a criação de um Fórum Global contra a Discriminação.

Ainda com apoio do IBP, o Inesc faz parte, há quatro anos, do projeto Lateral (Latin America Tax Expenditure Research, Advocacy, and Learning). O projeto tem como objetivo aproximar ONGs da América Latina que atuam pela transparência, equidade e avaliação dos **benefícios fiscais** na região. Esse ano, o grupo lançou o estudo “Contabilizados, mas não responsabilizados: transparência nos gastos tributários na América Latina”, que compara os relatórios de benefícios fiscais em 14 países da região. Para acompanhar o lançamento, o grupo também realizou uma campanha para as redes sociais, com cards e infográficos, que foi compartilhada pelas ONGs envolvidas no projeto.



O Inesc realizou um módulo do curso **Justiça Fiscal** pelos Direitos das Mulheres, promovido pela ONG Fundar, em parceria com Oxfam México e o Instituto de Liderazgo Simone de Beauvoir (ILSB), apresentando sua metodologia Orçamento e Direitos e sua aplicação na questão do orçamento de políticas voltadas para mulheres no Brasil: impactos da austeridade, injustiça fiscal e desmonte das políticas públicas. O curso teve como público movimentos sociais e organizações feministas mexicanas e de vários países a América Latina (Bolívia, Colômbia, República Dominicana).

5.3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O Inesc participa do monitoramento dos ODS por intermédio de diversos atores coletivos. Em âmbito nacional integra o Grupo de Trabalho da Agenda 2030 da Sociedade Civil que, em 2019, elaborou e lançou o Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável⁴ para o Brasil. O Inesc contribuiu com a redação do ODS 4, de Educação, além de uma análise geral. Em âmbito internacional, o Instituto colaborou com o relatório da rede *Social Watch*⁵, da qual é membro desde a sua criação em 1995. Como representante da Diretoria Executiva da Abong, o Inesc faz parte do Fórum Internacional de Plataformas de ONGs (FIP/Forus) que tem nos ODS um de seus focos principais de atuação. Além disso, o Inesc participou em julho, em Nova York, do *High Level Political Forum*, instância máxima das Nações Unidas de monitoramento da Agenda 2030.

⁴ A esse respeito, acessar a página: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2019/>

⁵ A esse respeito acessar a página: <http://www.socialwatch.org/node/18297>

As posições do Inesc permanecem críticas à implementação dos ODS, especialmente no Brasil, onde as reformas trabalhista e da previdência e as medidas de austeridade e de privatização dos serviços públicos comprometem seriamente o alcance dos mesmos.

Boxe 8 – O Inesc e o Forus



Com a responsabilidade de presidir as reuniões do Comitê Executivo e o Conselho Diretor do Fórum Internacional de Plataformas de ONGs (Forus), o Inesc, por meio de sua co-diretora, Iara Pietricovsky, esteve presente nas reuniões políticas e de fortalecimento de parcerias junto à Comissão Europeia, em Bruxelas. Realizou reuniões com os representantes dos governos francês e inglês, assim como com representantes da Fundação Ford e Open Society Foundations para abertura de novas fontes de financiamento.

Participou e coordenou reunião anual do Conselho Diretor do Forus para aprovação das novas estratégias para o período 2021-2025, na cidade de Dakar, Senegal. Ainda como presidente do Forus, esteve presente na Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, defendendo as posições da sociedade civil organizada e participando de reuniões com representações governamentais, em Nova Iorque. E por fim participou de reuniões do Comitê Executivo e do Conselho Diretor do Forus.

5.4 Negociações de clima (COP)

Como parte do acompanhamento da agenda do desenvolvimento sustentável, o Inesc participa do debate sobre Mudança Climática desde o início dos anos de 1990. Para tal, o Instituto tem estado presente em todas as Conferências das Partes para Mudança Climática (COP) nos últimos anos. Essa atividade ocorre tanto por iniciativa e prioridade institucional como representando a Rebrip e o Grupo Carta de Belém, ambas articulações compostas por ONGs, nacionais e locais, por sindicatos de trabalhadores e por movimentos sociais do campo e da cidade. O Inesc tem sido chamado por estas articulações para ser um dos porta-vozes de suas posições nas COPs ou em seminários e reuniões com governos.

Em 2019, a 25ª edição da Conferência teve uma execução conturbada. No ano anterior, logo após as eleições, o presidente Jair Bolsonaro declarou que o Brasil não presidiria nem sediaria, como fora previsto em edições passadas, o evento. Em novembro daquele ano, o governo brasileiro iniciou negociação com o chileno para que o país vizinho assumisse a COP 25. Um mês depois, a decisão foi tornada pública, em um contexto de reconfiguração da aliança continental dos governos de direita.

Em 31 de outubro de 2019, a praticamente um mês da data prevista para o início da COP, a explosão de uma revolta popular no Chile impôs novo recuo para a realização do evento. Alegando questões de segurança, o Presidente do Chile, declarou incapacidade para sediar a Conferência em seu país. Com o aval do secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), Madrid

foi declarada cidade-sede da Conferência, porém sem reclamar a sua presidência. Esta continuou com Chile, num ato atípico para a história das COPs.

Organizações da sociedade civil chilena decidiram manter a Cúpula dos Povos, evento anual promovido por movimentos sociais e representantes da sociedade civil global como um contraponto à Conferência. A Cúpula chilena ficou marcada por intensos protestos e graves denúncias de violações de direitos humanos. O Inesc optou por participar da Cúpula dos Povos no Chile como manifestação de solidariedade aos acontecimentos ocorridos naquele país.



No que diz respeito às negociações oficiais de clima, a COP 25 será lembrada como um ponto de inflexão na história da diplomacia brasileira nas COPs. O Brasil foi responsável por bloquear as negociações em torno do chamado artigo 6, sobre a adoção dos mecanismos de mercado para mitigação florestal. Embora essa posição se coadune com a postura histórica do país sobre o tema, extraoficialmente, os representantes brasileiros de distintos poderes, do Executivo e do Legislativo, transitaram na Conferência oficial buscando acordos que justificassem economicamente a sua mudança de posição.

Em relação à agenda do Clima, nós, do Inesc, acreditamos que o país passará por uma fase de enormes retrocessos, haja vista não só a perspectiva de implementação dos mecanismos de mercado para mitigação florestal, mas também o desmonte da governança socioambiental no país. Em sintonia com o Grupo Carta de Belém, o Inesc continua na defesa de uma visão calcada no conhecimento científico, no fortalecimento da democracia, da diversidade e dos direitos humanos e na mudança do modelo produtivo para enfrentar as consequências de uma destruição que se avizinha.

Objetivo Específico 6

Inovar a comunicação para fortalecer a identidade institucional, a capacidade de incidência e ampliar o alcance na sociedade

6.1 Campanha 40 anos – Mais Direitos, Mais Democracia

Em agosto, promovemos o festival “Mais Direitos, Mais Democracia”. O evento fez parte das celebrações dos 40 anos do Inesc, com o objetivo de sensibilizar os participantes para a importância da garantia dos direitos humanos e da democracia no Brasil – bandeiras históricas que perpassam todo o trabalho da organização.

A Praça Central do Setor Comercial Sul, local que abriga a nossa sede, ficou movimentada durante todo o dia com muito forró, samba, rap, pop rock, entre outros ritmos. Participantes do “Fortalecendo o Corre” – um projeto de inclusão econômica de jovens da periferia – e outros parceiros do Inesc comercializaram produtos e



serviços diversos como artesanatos, roupas, cosméticos, entre outros. Além disso, funcionárias e funcionários do Inesc passaram o dia na Banquinha dos Direitos Humanos. Entre jogos, distribuição gratuita de publicações feitas pela instituição e outros brindes, o objetivo da banquinha era explicar de forma lúdica e simples os temas principais da instituição: direitos humanos, democracia e orçamento público. A estimativa é de que cerca de 200 pessoas passaram pelo evento.

6.2 O Inesc nas mídias

Nossa presença nas mídias vem se especializando. Uma série de medidas foram implementadas para fortalecer a identidade visual e aumentar o alcance do público. Assim, no que diz respeito ao nosso **site**, apesar dos dados mostrarem queda nos acessos, esse resultado era previsto, uma vez que a migração do antigo para o novo não terminou. Mas observamos uma melhora considerável em outros índices importantes: por exemplo, o número de sessões por usuário revela que aumentou a quantidade de pessoas que acessam o site mais de uma vez. Outra melhora relevante é o aumento de internautas que acessam o site do Inesc e navegam por distintas páginas – o indicador “Páginas por sessão” elevou-se em 18% entre 2019 e 2018. O indicador “duração média por sessão” aumentou em 20%, o que mostra que os visitantes ficam mais tempo navegando pela página do Inesc. E, por fim, a taxa de rejeição também caiu em 8%, ficando em 77,43%. Essa taxa diz qual a proporção de usuários que entra no nosso site em determinada página e sai sem navegar em outras páginas. Não existe um número referência, contudo estudiosos consideram que para sites com muito texto, como é o do Inesc, seria ideal manter o indicador abaixo de 70%. Esses quatro índices juntos mostram que os usuários estão voltando mais ao nosso site, permanecendo por mais tempo e navegando mais (ver Tabela 2).

A queda no alcance total e, conseqüentemente, no engajamento do **Facebook** era prevista. A rede social segue, ano a ano, derrubando o alcance para obrigar usuários

investirem mais dinheiro em anúncios. Melhoramos a qualidade dos nossos anúncios, mas não aumentamos a verba. A tendência é de mais queda se houver nova mudança no algoritmo da rede social.

O **Instagram** foi a aposta em 2019. Foi criado em março com o intuito de mostrar o dia a dia do trabalho do Inesc. Conseguimos poucos mais de 1,5 mil usuários e uma taxa de engajamento de quase 10%, enquanto a média do Instagram é da ordem de 3-5%.

Quanto ao **Youtube**, em 2019, a produção de vídeos em foi muito pequena, pois a nossa energia foi canalizada para outras mídias como o Instagram e o Twitter.

O **Twitter** foi a principal rede social para o Inesc em 2019. Como previsto no relatório de 2018, a rede ficou mais dinâmica. Chegamos a quase o triplo de seguidores que tínhamos em 2018. O número de impressões das postagens também quase triplicou. Começamos a soltar conteúdo com mais frequência nessa rede social e entrar em mais conversas nessa rede social, o que explica esses ótimos resultados.

Por fim, no que diz respeito ao nosso **mailing**, em 2019 fizemos duas reformulações nas nossas bases de e-mail de pessoas físicas e imprensa. Até 2018 usávamos uma base de e-mails de pessoas físicas formada ao longo de anos do Inesc, com critérios desconhecidos. Muitos e-mails voltavam ou estavam inválidos. Eles somavam 4.499 endereços de e-mails. Limpamos os inválidos ou desconhecidos e deixamos apenas 919 e-mails. Ao longo do ano, com o Festival de 40 anos, manifestos das campanhas de gastos tributários (Só Acredito Vendo), de transporte como direito (Embarque por Direitos), e de doação e reformulações no site para facilitar a assinatura do nosso mailing, aumentamos essa base para 2.502, ou seja, um crescimento de 172%. No mailing de imprensa, passamos a trabalhar apenas com as listas de site e blogs alternativos, grande imprensa e fizemos um novo mailing especializado em educação. Os outros estavam totalmente desatualizados. Em 2018, esses três somavam 200 contatos e terminamos 2019 com 265 contatos, um aumento de 32%. Inesperadamente, a taxa de abertura dos e-mails caiu para um patamar abaixo de 2017 e 2018. Não sabemos ao certo a razão, mas estamos investigando.

A Tabela 2 apresenta um balanço da nossa presença na mídia para os anos de 2018 e 2019.

Tabela 2

Inesc: presença nas mídias sociais, 2018 e 2019

Meios	2018	2019	Variação
Site			
Acessos médios por dia	1.065	454	(57%)
Número de sessões por usuário	1,15	1,25	9%
Página por sessão	1,39	1,64	18%
Duração média da sessão	1'01	1'21	20%
Taxa de rejeição	84,39%	77,43%	(8%)
Facebook			
Fãs	22.069	22.415	2%
Alcance total	1.813.972	1.136.989	(37%)
Engajamento (curtidas + comentários + compartilhamentos dividido pelo alcance total)	5%	2%	(60%)
Instagram Stories			
Seguidores	-	1.589	-
Alcance total	-	54.286	-

Interações (respostas + cliques + votos)	-	4.970	-
Engajamento (interações dividido pelo alcance total)		9%	-

Instagram Posts

Alcance total	-	554.523	-
Interações	-	8.256	-
Engajamento (interações dividido por alcance total)	1	1%	-

Youtube

Visualizações	32.645	2.591	(92%)
---------------	--------	-------	-------

Twitter

Seguidores	1.135	3.296	190%
Impressões	329.000	897.200	173%

E-mail

Nº de pessoas que recebem o mailing do Inesc	7.271	2.502	(66%)
Taxa de abertura media dos emails enviados	21,60%	14,83%	(31%)

Fonte: PMAS do Inesc. Elaboração própria.

Considerando que o plano de comunicação em vigor está centrado na implementação da nova identidade visual e do novo site do Inesc, a partir de públicos estabelecidos e priorizados neste período, avaliamos que cerca de 90% tenha sido executado, faltando ainda ajustes, por exemplo, a finalização da migração dos conteúdos do site antigo para o novo. Contudo, um novo plano de comunicação será elaborado em 2020, com a participação de toda a equipe do Inesc.

Em 2019 contratamos uma designer gráfica para compor a equipe de comunicação de modo a aprimorar nossas linguagens, especialmente com o público jovem.

6.3 Aprendendo a captar recursos junto à indivíduos

Nesse último ano avançamos na implementação de grande parte das ações do plano de captação. Até o momento temos: a mensagem institucional do Inesc construída, o novo site praticamente implantado, a realização de exercícios de captação de doadores via campanhas, o exercício de fidelização dos/as associados/as, a conta Paypal aberta, um botão de doar no site, entre outras ações. No final de 2019, lançamos a primeira campanha institucional estruturada de captação de recursos por meio da plataforma Doare. A campanha fez parte de um programa de aceleração da plataforma para mais de 120 ONGs. O programa consistiu em treinamentos dos quais participaram duas pessoas da equipe do Inesc para formular e divulgar a campanha. Cerca de 20% da meta da campanha foi atingida, o que consideramos um bom resultado para a nossa primeira campanha institucional da captação.

Como resultado alcançamos 30% do número de doadores previstos no nosso plano estratégico, pois contamos com 30 doadores desde o início do quadriênio até agora.

Objetivo Específico 7

Inovar estratégias e metodologias, aperfeiçoar a gestão institucional e a captação de recursos

7.1 Uma estratégia de captação de recursos institucional diversificada

A estratégia de sustentabilidade financeira do Inesc é, em geral, bastante consolidada. Do ponto de vista da captação institucional, o Inesc tem uma razoável carteira de organizações que apoiam a instituição. Em 2018/9, foram 20 organizações entre fundações e institutos nacionais e internacionais, agências da cooperação solidária internacional, União Europeia e recursos governamentais.

7.2 PMAS em fase de consolidação

Nesta área também avançamos. Consolidamos um sistema virtual de monitoramento dos resultados que pode ser preenchido a distância pelos integrantes da equipe. Graças a ele pudemos dimensionar nosso alcance direto, pouco mais de 21 mil pessoas em 2019, bem como monitorar o desempenho dos indicadores do nosso plano estratégico. Nos planejamentos institucionais de meio e final do ano, analisamos os indicadores em estado de alerta e desenhamos estratégias para alcançar as metas.

Além disso, participamos de formações de atuação orientada a resultados, promovidas por organizações que nos financiam como a Kindernothilfe (KNH), a União Europeia e a Open Society Foundations. Recebemos, ainda, o apoio da Ventura Assessoria, organização que oferece assessoramento em monitoramento e avaliação para entidades que contam com recursos do Itaú Social.

Demos mais um passo decisivo nessa área com a contratação de profissional especificamente dedicado ao PMAS. Assim, pudemos desenvolver uma série de atividades que aperfeiçoam nossa atuação, tais como: (i) avaliações internas de projetos; esse foi o caso do Onda e das formações em Orçamento e Direitos realizadas em parceria com a Contag; (ii) aprimoramento do nosso sistema interno de registro de informações, uma nova versão deverá ser lançada em 2020.

Apesar do PMAS precisar ser aprimorado no sentido de automatizar os indicadores e o alcance das metas, que continuam sendo fortemente manuais e artesanais, acreditamos que a sua construção de forma participativa e sua utilização pela equipe técnica do Inesc contribui para criar a cultura de prestação de contas.

7.3 Modernizando a área administrativo-financeira

Seguindo recomendação da avaliação externa realizada em 2016, o Inesc informatizou seus procedimentos financeiros, contábeis e patrimoniais. Mudamos de banco, pois os processos do Banco do Brasil eram morosos e pouco eficientes, especialmente para as operações de câmbio. Agora no Banco Itaú, a maioria dos pagamentos está sendo realizada *on line*.

7.4 Contribuindo para a formação da equipe

Em 2019 continuamos apostando na formação da equipe: além de apoiar financeiramente a participação em cursos de idiomas de vários integrantes da equipe, estimulamos processos de aprendizagens em diversas áreas, tais como, PMAS, gestão de projetos, utilização do Twitter, *advocacy* e desenvolvimento de liderança.

Promovemos, ainda, processos formativos internos, de toda a equipe em temas como branquitude e proteção, e da assessoria, em questões orçamentárias (i. e. regra de ouro, dívida pública, gastos tributários).

7.5 Buscando inovar

Com o intuito de sermos capazes de enfrentar os novos tempos e de estabelecer diálogos com novos sujeitos, estamos investindo energias em espaços de inovação, em atividades que nos permitam adquirir novas capacidades e habilidades institucionais. Assim, em 2019 realizamos quatro ações inovadoras. Uma delas foram as atividades de escrita criativa com jovens de periferia. No âmbito do Mapa das Desigualdades, promovemos oficinas literárias com meninos e meninas negras LGBTQIA+, do Paranoá e do Itapoã, sobre suas vivências nas cidades. O processo foi muito inovador, pois, de acordo com os depoimentos, fez com que os/as participantes se vissem escritores, refletindo sobre si e sobre a cidade onde vivem e convivem. O resultado foi um livro produzido pelo próprio grupo, “764, da Barragem para Cá”.



A experiência pode e deve ser repetida e, talvez, com um fazer internalizado pelo Inesc. Uma segunda ação inédita foi a celebração de parceria com o criador do Armandinho, Alexandre Beck, para comemoração do 29º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Inesc escreveu artigos sobre o tema e Beck os ilustrou com tirinhas do Armandinho. A iniciativa foi inovadora porque nos conectou com novos públicos por meio da linguagem de cartoons.



Outra ação inédita foi a organização do festival de rua, “Mais Direitos, Mais Democracia” para celebrar os 40 anos do Inesc. Há uma década a sede do Instituto está no Setor Comercial Sul, onde circulam, diariamente, cerca de 20 mil pessoas de

diversas partes do Distrito Federal, por conta da proximidade com a rodoviária central e estação de metrô. Por isso, em parceria com o coletivo No Setor, a organização decidiu fazer uma comemoração gratuita, aberta e democrática, ocupando esse espaço por onde passa, todos os dias, uma diversidade de pessoas de todas as regiões da cidade.

Como mencionado em sessões anteriores, essa atividade mobilizou toda a equipe e possibilitou um contato direto com o público, onde pudemos apresentar a instituição por meio de diferentes linguagens: cultural (música, performances, batalhas, entre outras, que mencionavam as temáticas dos direitos e do orçamento público), de jogos (apresentamos o conceito de justiça fiscal por meio de atividades lúdicas) e de feira de produtos comercializados por parceiros de projetos do Inesc.

Outra atividade inovadora foi o desenho e a implementação de projeto de atendimento de jovens egressos de unidades de internação com as quais trabalhamos, o projeto Andares. A ideia é testar formas de inclusão desses jovens tanto no sistema educacional quanto no mundo do trabalho. Possibilitar que adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa enxerguem novos horizontes e encontrem novas perspectivas de vida é um dos compromissos do Inesc. Entendemos que essa experiência possa ser compartilhada com os poderes públicos para ser transformada em política pública.

7.6 Proteção e Segurança



Diante da conjuntura extremamente adversa para as organizações e movimentos sociais no Brasil, o Inesc foi atrás de recursos para realizar formação de sua equipe em proteção e segurança. Como resultado, celebrou parceria com a Open Society Foundations e com a Protection International (PI). Essa ação se revelou mais do que urgente quando em julho o Inesc foi hackeado, tendo seus arquivos virtuais roubados, mais de 40 anos

de história. Felizmente, conseguimos recuperar boa parte das informações.

Entre os meses de julho e outubro, a PI facilitou duas oficinas de três dias cada uma voltadas a toda a equipe do Inesc para a identificação de riscos, capacitação e apoio na construção de mecanismos e ferramentas para melhorar a gestão da proteção. Para desenhar as formações, como atividade preparatória, a PI realizou conversas com a direção da instituição e aplicou questionário aos profissionais do Inesc para identificar as necessidades de segurança e proteção.

Como resultado das oficinas, foi elaborado um Plano Integral de Proteção que deve ser ainda aperfeiçoado para entrar em operação em 2020. Destaque-se, contudo, que em 2019 algumas medidas foram implementadas, especialmente no que diz respeito à segurança digital.



Desafios para 2020

O ano de 2019 não foi fácil e o de 2020 se anuncia mais difícil ainda, não somente pela agenda anti-direitos do Presidente Bolsonaro, mas, também, pela insegurança política decorrente de uma gestão sem rumos, que se esmera em tensionar diuturnamente os limites da democracia. Com efeito, o governo encontra na “guerra cultural” o seu principal instrumento de mobilização, em uma narrativa disruptiva que o mantém em evidência.

A violência de discurso contra mulheres, gays, indígenas, quilombolas, nordestinos, camponeses e comunistas – e contra a própria imprensa –, além da criminalização da juventude negra – revela que o governo do presidente Jair Bolsonaro é de extrema direita e radicalmente misógino, racista, classista e lesbohomofóbico.

No seu primeiro ano de governo, o presidente brasileiro escolheu um lado. É para o setor privado que Bolsonaro governou, promovendo medidas e reformas para facilitar os negócios. Nesse sentido, não está sozinho, pois o Congresso Nacional, que estreou com ele em janeiro de 2019, conta com uma maioria de políticos entusiasmados com a agenda neoliberal.

Contudo, apesar das reformas trabalhista e previdenciária, das privatizações e da implementação de uma radical agenda de austeridade para cumprir as metas fiscais, a economia não retomou, revelando a equívoco da aposta neoliberal. O crescimento em 2019 foi pífio, da ordem de 1%, ainda longe de recuperar o patamar alcançado pelo PIB em 2011. O desemprego recuou ligeiramente, mas a criação de novos postos de trabalho se concentrou na informalidade, que bateu recorde. Outro recorde foi o da saída de dólares do Brasil que somou US\$ 44,7 bilhões em 2019. Este é o maior volume de recursos retirados do país em 38 anos.

Os cortes orçamentários efetuados na área social se fazem sentir. Os principais indicadores pioraram em tempos recentes: aumentou a pobreza e a fome, que são excelentes sinalizadores do estado de bem-estar social de uma população. Além disso, grande parte das instâncias de participação social foi fechada, tornando a atuação do governo cada vez mais opaca.

Encontramo-nos numa situação muito difícil, pois não melhora a economia e pioram as condições de vida da população brasileira.

Na área ambiental, o ano começou com um dos maiores crimes da história desse país: a barragem de rejeitos da Vale, no Córrego do Feijão, se rompeu na cidade de Brumadinho, em Minas Gerais, por irresponsabilidade das empresas. A tragédia destruiu casas e propriedades rurais e resultou na morte de 270 pessoas, Brumadinho foi devastada. E até agora pouco ou nada foi feito, ninguém foi responsabilizado.

O descaso com o meio ambiente traduz as diretrizes do atual Executivo: a atuação do governo foi criminosa em 2019. Além de desmontar as instituições capazes de enfrentar a crise climática e o meio ambiente, a equipe do presidente Bolsonaro estimulou a invasão de áreas protegidas bem como de terras e territórios indígenas e quilombolas. Nessas circunstâncias, como era de se esperar, aumentou o desmatamento da Amazônia, a grilagem e invasão de terras pelos setores da mineração e do agronegócio bem como o assassinato de defensores de direitos humanos.

Do ponto de vista político, o ano de 2019 foi marcado pela liberação do ex-presidente Lula, que foi injustamente preso em abril de 2018 como consequência da operação Lava Jato, conduzida por Sérgio Moro.

Nesse sentido, também merece menção a divulgação da Vaza Jato, termo pelo qual ficou conhecido, na imprensa brasileira o vazamento de conversas, realizadas através do aplicativo Telegram, entre o ex-juiz Sérgio Moro e o promotor Deltan Dallagnol,

além de outros integrantes da força-tarefa da Operação Lava Jato. A divulgação das conversas foi feita pelo jornalista Glenn Greenwald, do periódico The Intercept, a partir de junho de 2019. As transcrições indicaram relações espúrias entre Moro e o Ministério Público Federal (MPF), além de manipulações dos processos, como estratégia deliberada para derrubar os governos do PT e seus aliados bem como para encarcerar Lula.

Apesar das violações sistemáticas aos direitos humanos e à democracia por parte do governo Bolsonaro, as instituições vigentes não o detém: nem a imprensa, nem o sistema de justiça e nem o Congresso. Os interesses das elites que se apropriam dessa institucionalidade se, por vezes, são ameaçados com as estratégias disruptivas do Presidente, no geral, são preservados, o que justifica mantê-lo no poder.

O cenário internacional também não ajuda. O predomínio de interesses privatizantes e xenófobos em detrimento dos públicos e solidários associados a conflitos sangrentos, especialmente na África e no Oriente Médio, e ao aumento de fenômenos climáticos extremos, aliados a ausência de práticas preventivas que ao menos amenizem seus impactos, dificultam qualquer avanço no alargamento de processos democráticos e na progressiva realização dos direitos humanos. Ainda que tenhamos que registrar mudanças dignas de nota na América Latina, como a eleição de governos progressistas no México e na Argentina.

Contudo, por toda parte, encontramos movimentos de insurgência. Mesmo que evitados de tensões e contradições, expressam profunda insatisfação de parte expressiva da população mundial. Esse é o caso dos Coletes Amarelos na França, das manifestações de Hong Kong na defesa de reformas democráticas, do movimento em defesa do clima liderado pela jovem ativista Greta Thunberg, das manifestações no Líbano contra os líderes políticos, a corrupção, a pobreza e a precariedade dos serviços públicos. Há ainda o movimento de mulheres que por toda parte saem às ruas em atos de protestos e resistência.

Na América Latina crescem as mobilizações contra os governos. O Chile, antes conhecido como modelo econômico na região, está passando pelos maiores protestos desde seu retorno à democracia. O que começou devido ao aumento relativamente insignificante das tarifas do transporte público evoluiu para um debate sobre a desigualdade e a elaboração de uma nova Constituição. No Equador, o presidente Lenín Moreno foi forçado a voltar atrás no início de outubro e reintroduzir subsídios para combustível após violentos protestos. O corte dos subsídios era na verdade uma condição para a concessão de um empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI). Na Colômbia, os manifestantes protestaram contra a desigualdade econômica, corrupção e violência contra indígenas e ativistas. E, na Bolívia, dois blocos se opõem de forma inconciliável após uma eleição presidencial presumivelmente manipulada, e a renúncia e exílio do ex-presidente Evo Morales.

No Brasil, o ano de 2019 foi marcado por movimentos na defesa da educação e dos direitos das mulheres, além de greve geral.

É alimentados pela energia dessas mobilizações e forças sociais que iremos atuar em 2020. O nosso esforço será o de denunciar, resistir e propor. Iremos, junto com outros, monitorar os gastos públicos e avaliar os impactos das medidas de austeridade nos direitos humanos, em âmbitos local e federal. Também trataremos de acompanhar as consequências das mudanças implementadas nas políticas públicas (i.e. desmonte de instituições, privatizações de serviços e bens públicos, mudanças nas regras do jogo por meio de decretos, projetos de lei e emendas constitucionais) no aumento da pobreza e das desigualdades. Diante das ameaças de destruição da Amazônia e do agravamento da crise climática, iremos intensificar nossa atuação na área socioambiental.

Será ainda nosso papel atuar mais intensivamente na reforma do sistema político, mais do que nunca necessária diante da crise da nossa democracia. Apresentaremos propostas concretas para a democratização do poder judiciário e dos meios de comunicação, sem a qual não há verdadeira reforma do sistema político.

Daremos continuidade às nossas atividades de formação em Orçamento e Direitos voltadas para crianças, adolescentes, jovens e ativistas, de modo que possam fortalecer suas demandas e estratégias de incidência junto ao poder público. Essa maior atuação em âmbito local, na formação orçamentária nos temas estratégicos do Inesc, nos possibilitará estar mais perto das pessoas e construir conjuntamente uma miríade de propostas que, esperamos, irão contribuir para dificultar o avassalador avanço das forças destruidoras de direitos e de políticas públicas que estão em marcha no país.

Continuaremos nossa atuação nos espaços internacionais de negociação, buscando resgatar a agenda de direitos bem como fortalecer os poderes públicos. Incidiremos junto com outros para que os acordos de clima e de comércio bem como as estratégias das instituições financeiras internacionais não descambem de vez para a defesa dos interesses do capital e dos poderosos.

Em 2020, daremos início a elaboração do nosso novo plano estratégico, para os anos de 2021 a 2024. Para tal, deveremos realizar avaliação externa do plano vigente bem como construir os diagnósticos e as apostas que irão guiar nossos passos no médio prazo.

Movido pela indignação e o não conformismo, o Inesc, com outros, continuará trabalhando para promover mudanças estruturais que resultem numa sociedade socioambientalmente justa, participativa e inclusiva. Participaremos ativamente de iniciativas, de âmbito local e internacional, que defendem outra forma de viver. Também lutaremos para construir uma Frente Ampla da Democracia que vá além do campo da esquerda. A tarefa não será fácil em 2020, mas a causa demanda o firme enfrentamento dos desafios postos.

Anexo 1 – Histórias de vida

Apresentamos aqui depoimentos de pessoas que participaram de projetos de Inesc:

História 1: Adriele da Rocha Oliveira, integrante do Projeto Onda

Quando saiu da Unidade de Internação onde cumpria medida socioeducativa, Adriele encontrou no projeto Onda a força para seguir em frente e viver na sociedade de uma forma diferente

“Meu nome é Adriele da Rocha Oliveira, tenho 19 anos, moro no Paranoá e participo do projeto Onda. Eu estava na Unidade de Internação de Santa Maria (Uism) quando conheci o projeto e seus educadores pela primeira vez, em 2016. No começo, eu não tinha muito interesse, foi uma menina que conheci lá dentro quem me ajudou a enxergar a importância do Onda. Naquela época eu não sabia nada sobre meus direitos e não imaginava como minha vida ia mudar.

Quando eu saí da Unidade, pensei que nunca mais teria acesso às atividades do projeto, mas logo fui chamada para a Roda de Meninas. Acabei enrolando e não fui. Depois, comecei a perguntar para minhas amigas da Uism com quem eu tinha contato e achei o número do Inesc. Comecei a interagir com o Onda novamente e não parei mais.

O Projeto Onda provocou uma reviravolta na minha vida! Hoje sou capaz de correr atrás dos meus sonhos sem precisar estar na vida que eu estava antes. O projeto me deu uma força que eu não sabia que tinha, me ensinou a viver na sociedade de uma forma diferente, me levou pra frente. Me ensinou a viver em paz, ter amor ao próximo, saber ter carinho pelo mundo. Hoje eu sei que posso vencer.

O Onda agora faz parte da minha vida, da minha história. Minha mãe até hoje pergunta o porquê de eu gostar tanto e eu ainda não dei a resposta, mas o Inesc pra mim é como uma família, abriu portas no meu caminho. Esse projeto é tão maravilhoso que faz sucesso nas escolas, nas ruas, na periferia... até na minha quebrada!

Hoje tenho a certeza que posso seguir em frente sem olhar para o meu passado. Tive uma história de vida difícil, mas superei, porque sou uma menina forte e capaz de conseguir tudo que eu quero. Hoje agradeço a todas por ter aprendido tanto. Sou grata e feliz por conhecer o Inesc e o projeto Onda!”

História 2: Instituto Nossa Ilhéus, integrante do Projeto MobCidades

Ao perceber que, assim como ela, as pessoas estavam mergulhadas em uma “ignorância cidadã”, Socorro passou a ter um sonho: contribuir para que a população tivesse mais compreensão sobre as suas escolhas. Assim surgiu o Instituto Nossa Ilhéus.

O Instituto Nossa Ilhéus (INI) é uma iniciativa da sociedade civil organizada que nasce com a missão de fortalecer a cidadania, a democracia participativa e o empreendedorismo, tendo por base a sustentabilidade e o monitoramento social. Quem nos conta a história dessa organização é Maria do Socorro Mendonça, diretora do Instituto. Com muito bom humor, ela mostrou como a organização nasceu a partir do seu próprio acordar para uma consciência mais cidadã, inclusiva e participativa. E qual foi a importância do MobCidades, iniciativa promovida pelo Inesc em parceria com dez organizações em diferentes cidades integrantes da Rede Cidades, para o Instituto Nossa Ilhéus.

O despertar cidadão

“O INI nasceu a partir de mim”, diz Sol, como é conhecida, às gargalhadas. Ela conta que trabalhou 23 anos em uma empresa estatal de telefonia na área de venda, onde foi Gerente de Grandes Contas e da área Comercial. Quando estava perto de se aposentar, ainda jovem, aos 45 anos, começou a se interessar pelos problemas da cidade onde mora, Ilhéus. “O Instituto começa com o meu despertar para a cidadania”.

Esse despertar começou mais precisamente em 2007, quando acontecia no município um movimento para a cassação do então prefeito Valderico Reis. O grupo Teatro Popular de Ilhéus criou uma peça chamada “Teodorico Majestade, as últimas horas de um prefeito”, onde a população se revoltava contra um prefeito corrupto que entregou a cidade fictícia ao caos. O espetáculo era encenado na rua, na frente da prefeitura de Ilhéus e teve um importante papel na cassação do ex-prefeito Valderico Reis. “Naquela época eu era ignorante sobre como a sociedade civil podia atuar politicamente, achava que era só votar e tava bom. Aquilo mexeu muito comigo, eu queria seguir o grupo de teatro por todo canto para ser figurante na peça e comecei a me interessar pelo que acontecia em Ilhéus”, conta Socorro.

Ação Ilhéus

No final do ano seguinte após a cassação do prefeito, ela ficou sabendo sobre a construção de um porto para exportação de minério de ferro em seu município. A obra seria feita em uma área cercada por unidades de conservação, entre elas o Parque Estadual da Serra do Conduru, o Parque Municipal da Boa Esperança em Ilhéus (maior parque urbano de mata primária do país) e dentro da APA Lagoa Encantada e Rio Almada. “Na época eu não estava movida pelo conhecimento relacionado às questões ambientais, mas por identidade mesmo, por gostar do que eu vivia e como eu vivi desde a minha infância, cercada pelo mar, pela natureza”, lembra. Socorro se perguntava por que fazer uma construção que só iria agravar os problemas sociais que já existiam. Foi aí que, imbuída do seu espírito de liderança, ela, outros moradores da Praia do Norte (Ilhéus) e interessados no assunto criaram uma associação chamada Ação Ilhéus, a qual foi escolhida para dirigir.

Entre as pessoas que participavam das reuniões da associação, estava Rui Rocha, presidente do Instituto Floresta Viva e empreendedor social Ashoka. “Ele me entregou um folder e disse: leia”. No impresso, Socorro ficou sabendo sobre o programa Cidades Sustentáveis da Rede Nossa São Paulo e entendeu que havia outras pessoas pensando um país diferente. Ela logo entrou em contato com a instituição paulista. “Com isso, eu ampliei meu conhecimento sobre sustentabilidade e passei a entender a importância de estar nos espaços de governança. A partir daí eu comecei a ocupar esses espaços. Quando percebia que algo poderia pôr em risco a cidade de Ilhéus, eu me fazia presente para combater e falar da importância do respeito à transparência, para que as pessoas não fossem enganadas”.

O nascimento do INI

“Percebi que, assim como eu, que não sabia o que de fato era exercer a cidadania até os 45 anos de idade, as pessoas estavam movidas pelo que há de mais democrático no nosso país: a ignorância cidadã”. Socorro passou a ter um sonho: contribuir para que a população tivesse mais compreensão sobre as suas escolhas. E isso só viria com o conhecimento.

Assim surgiu o Instituto Nossa Ilhéus, cujas linhas de atuação são a educação para cidadania, por meio de oficinas e palestras que visam a formação cidadã pensando na

importância do exercício da cidadania como forma de melhorar a qualidade de vida da coletividade; o monitoramento social, fomentando o envolvimento da sociedade na reflexão e exercício da cidadania, por meio da discussão para a politização dos problemas que afetam à coletividade; e o impacto em políticas públicas, com a formação de Grupos de Trabalho para elaboração e implementação de políticas públicas no município, de forma a garantir e fomentar que a gestão do executivo seja participativa. “Nosso diferencial é tentar fazer a ponte entre instituições ou grupos não inclusivos, com outros bastante inclusivos, para que um aprenda com o outro”.

INI no MobCidades

“Eu descobri o MobCidades através da Rede Cidades. Não sabia nada de mobilidade, mas queria aprender, entender, para replicar aqui em Ilhéus”. Segundo Socorro, mal se falava em mobilidade urbana até então no seu município. “Ilhéus não tinha nem um metro de ciclofaixa, agora tem. Vamos ter a primeira rota de cicloturismo do Nordeste. Fizemos também formação cidadã que culminou no Projeto de Lei para regulamentação dos mototáxis, em tramitação na câmara de vereadores do município. Tudo isso a partir dos conhecimentos absorvidos no MobCidades”.



A iniciativa também ajudou o INI a ter mais visibilidade em Ilhéus, principalmente na semana de mobilidade de 2018: ajudaram na construção do “Mapa da Imobilidade”, feito pela professora Paula Peolla Stein e alunos da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); realizaram um concurso de ideias entre alunos de Arquitetura e Urbanismo da mesma universidade para uma intervenção de acessibilidade em volta do Mercado Municipal de Ilhéus; entre outras ações. “Acabamos nos tornando referência no assunto aqui no município. Estamos sempre em contato com organizações de ciclistas, por exemplo, além de outras instituições que discutem o assunto de mobilidade por aqui”, diz Socorro.

“Nossa expectativa é que a iniciativa continue, pois colhemos muitos frutos dessa parceria. O Instituto Nossa Ilhéus está sempre à disposição para contribuir com uma melhoria”, completa a diretora.

História 3: D.M., integrante do Projeto Onda

D.M participa do Projeto Onda e vive há quase 3 anos em uma unidade de internação, onde teve contato com oficinas sobre orçamento público e direitos humanos, ministradas pelo Inesc. Nesta carta, ele conta sua história e fala o que aprendeu sobre as prioridades do orçamento.

Primeiramente, estou aqui hoje para contar a minha história no mundo do ato infracional, sobre cada medida socioeducativa e orçamento público. Meu nome é D., entrei nesse mundo aos 14 anos, logo depois que minha mãe morreu. A ausência dela me fez entender que minha vida não fazia sentido algum. Comecei a usar drogas, era o único jeito de esquecer a tristeza e sofrimento que estava passando. Então, fui me envolvendo nesse mundo e acabei sendo influenciado por pessoas a cometer atos infracionais.

Logo após, fui apreendido a primeira vez, aos 15 anos. Fiquei em uma unidade de internação provisória onde estive internado por 45 dias. Neste período, não tive nenhum conhecimento ou alguma forma que me ajudasse a enxergar minha vida de um jeito melhor. Então, voltei para a mesma rotina e fui ficando mais experiente no mundo da criminalidade, cometendo atos infracionais e o crime passou a fazer parte da minha vida.

Chegou um dia em que fui apreendido por ter roubado a casa de um policial com meus colegas e acabei ingressando na medida socioeducativa, em internação restrita. Quando cheguei na unidade, em uma primeira conversa com agente, ele já foi dizendo que o tratamento era muito diferente do CESAME, tinha que andar na linha porque se não passava pelo 'procedimento da cadeia'.

O tempo foi passando eu fui conhecendo pessoas de várias quebradas. Minha rotina era sair para o banho de sol e conversar com adolescentes sobre o crime e a rua. Às vezes íamos a escola, mas nós nunca fazíamos alguma coisa nova, sempre a mesma rotina. Chegou um certo tempo que comecei a ficar com ódio do sistema, eu estava revoltado com aquele lugar e nesse momento comecei a receber o saidão da juíza. Mas o tempo que estava na medida não tinha adiantado, só tinha me deixado mais revoltado. E voltei a cometer atos infracionais e usar drogas.

Até que fui apreendido por roubo e peguei a segunda internação, de 6 meses a 3 anos. Eu estava com 17 anos, depois de um tempo cheguei à maioridade.

Foi então que comecei a ver que a vida que estava seguindo não estava me fazendo bem, nem a outras pessoas. Isso tava acontecendo porque a maturidade tinha começado dentro de mim, meu jeito de ver as coisas estava mudando aos poucos, assim como meus pensamentos para o futuro. Entretanto, comecei a enxergar a vida de uma forma totalmente diferente. Observando essas mudanças, comecei a entender que o sistema de alguma forma estava me ajudando.

Hoje, depois de 2 anos e 9 meses, vejo que o sistema me ajudou a pensar mais na vida e no meu futuro. Porém vejo que o sistema socioeducativo está precisando de muitas mudanças dentro das unidades. Proponho que a medida socioeducativa tem que trabalhar com cursos profissionalizantes e técnicos, dar recursos e apoio para quando os adolescentes saírem da medida terem empregos garantidos, pois ajudaria os jovens a se identificar com alguma profissão, para seguir carreira na área de trabalho. Porém, se o Brasil não começa a olhar para o social dos adolescentes e ficar apenas jogando eles dentro de uma cela, não vai resolver nada e só vai aumentar a revolta. Pois vou dar uma sugestão: trabalhe com o Programa para Egresso e parem de ficar pensando em maioridade penal, porque isso não vai melhorar o Brasil. Pare, pense e invista em educação, não em sistema prisional.

Entretanto, entra o orçamento Público. Em meus conhecimentos, ele define as prioridades na aplicação dos recursos que o governo arrecada para garantir o bem estar da sociedade. A forma como é feito tem impacto direto na proteção, respeito e promoção dos direitos humanos. Ao elaborar o orçamento, o governo faz uma estimativa de arrecadação e de gastos para saber quanto terá disponível para investir nos seus diversos projetos. Depois, o governo gasta em obras e serviços para a população. É preciso planejar e definir prioridades para manter as cidades funcionando.

Para isso acontecer, o Estado arrecada recursos da sociedade por meio de impostos, taxas e contribuições. Nisso a sociedade espera um retorno compensatório, porém o governo investe mais dinheiro em cidades do DF onde há mais capitalismo, e acaba que onde moram as pessoas de baixa renda, falta de atendimento de saúde, educação e segurança. Vejo que existe uma desigualdade por classe social. As Regiões administrativas que o governo mais investe são Plano Piloto, com a verba de

R\$ 1.604.644.762,00, também tem Vicente Pires, com R\$ 166.083.599,00, e nessas regiões a maioria da população é de classe média ou ricos.

Em meus conhecimentos, geralmente quem detém poder afirma que só sabe sobre aquele assunto quem teve acesso a certos espaços e a certo tipo de educação. Porém, existem outras formas de organizar e pensar um orçamento público, e há possibilidade de construir momentos e lugares onde as diversas vozes possam ecoar. Para que esses encontros sejam possíveis, o processo precisa ser baseado no diálogo, sendo fundamental a disposição tanto para ouvir quanto para falar. Essas reflexões nos auxiliam de duas formas: a realizarmos nossas próprias escolhas e a entender que podemos agir sobre a realidade. Acreditamos que não é necessário um diploma de economia para entender e ter opiniões sobre quais devem ser as prioridades do orçamento público. Em resumo, a definição de prioridades no orçamento público é objeto de debate político e da correlação de forças: ganha quem tem mais poder de pressão.

Eu peço que o conteúdo aqui exposto sirva para a reflexão, mas também para a ação.

“Não tenho flor para regar,

Mas tenho semente para plantar:

Cabe o futuro dentro dela.”

[1] Antigo Centro Socioeducativo Amigoniano. Hoje chamado de Unidade de Internação Provisória de São Sebastião (UIPSS).

História 4: Júlia de Capdeville, integrante do Projeto Onda

Meu nome é Júlia de Capdeville, tenho 27 anos. Conheci o Inesc em 2008, quando entrei, ainda adolescente, no Projeto Onda. As experiências, oficinas e conversas vividas ali foram muito importantes para eu me construir como indivíduo político. Entendi como eu poderia participar da vida política para além do voto e trabalhar a minha militância no feminismo.

Após oito anos, acabei atuando como educadora em outro projeto do Inesc, o OCA, no Coletivo da Cidade. Participar da formação de outros jovens e retribuir o que eu aprendi no Onda, foi muito especial para mim. O projeto despertou em mim uma paixão pela educação popular e pelo ofício de educadora. Hoje ainda atuo como monitora do Onda, realizando oficinas de comunicação em escolas de diferentes regiões administrativas do DF. Sou professora de sociologia e faço mestrado em Antropologia na UnB.

Uma ferramenta incrível do Onda é a revista Descolad@s. A publicação é criada inteiramente por adolescentes que participam da iniciativa, abordando temas que permeiam o orçamento público e os direitos humanos, tendo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) como referência. Ano passado, fui convidada por alunos do CEM 01 de Brazlândia, onde atuava como educadora, a orientá-los em um projeto para a mostra cultural. Inspirados na revista Descolad@s foi criada a Sala dos Questionamentos. Era um lugar para entrar e pensar no nosso vocabulário, ao som de estilhaços, refletindo (n)as palavras e expressões preconceituosas do nosso cotidiano, disfarçadas de tradição, brincadeira e/ou



norma. Durante a instalação, espontaneamente surgiu uma roda de conversa para debater o que tinha sido vivido ali: essa roda nunca ficou vazia. Foi curioso perceber que as pessoas que mais se incomodaram eram as mesmas que insistiam não haver problema em usar expressões racistas e LGBTfóbicas em tom de brincadeira. Ponto para o grupo, a ideia era exatamente incomodar.

Graças às minhas experiências, quero continuar sendo educadora. Pretendo seguir vida acadêmica, mas gosto muito de estar em sala de aula em contato com os adolescentes. Acho que essa é uma forma muito interessante de continuar estudando, aprendendo e de mediar o conhecimento. Sigo desejando que as escolas não sejam espaço de adoecimento, mas de aprendizado além do conteúdo, de debate e de boas vivências. Para mim, a grande contribuição do Inesc é essa: ser uma ponte entre a vontade de mudar o mundo e a prática política, o mediador dos mediadores. A minha experiência em sala de aula foi única e me ajudou a decidir como eu gostaria de seguir meu caminho na vida.

Anexo 2 – Inserção política do Inesc em âmbitos local, nacional e internacional

O Inesc participa de diversas redes, articulações e conselhos de políticas relevantes:

Em âmbito distrital:

- Conselho de Limpeza Urbana do Governo do Distrito Federal – Conlurb.
- Fórum OCA/DF – Fórum Orçamento Criança e Adolescente do Distrito Federal.
- Movimento Nossa Brasília – Por um DF Justo e Sustentável.

Em âmbito nacional:

- Abong – Associação Brasileira de ONGs.
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
- Clacso – Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais
- Comitê de Direitos Humanos e Política Externa.
- Comitê Nacional em Defesa dos Territórios em Frente à Mineração.
- Conselho Nacional de Saúde – Comissão de Financiamento e Orçamento (Cofin).
- FBSSAN – Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.
- FNDCA – Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Fopir – Fórum Permanente pela Igualdade Racial.
- Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas.
- FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.
- Frente Brasil Popular.
- GR-RI – Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais.
- GT Infraestrutura.
- Grupo Carta de Belém.
- Latindadd – Red Latinoamericana por Justicia Economica y Social
- MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.
- MNI – Mobilização Nacional Indígena.
- OGP – Integrante do GT da Sociedade Civil responsável pela co-elaboração e monitoramento do 4º Plano Nacional de Ação.
- Pacto pela Democracia.
- PAD – Processo de Articulação e Diálogo.
- Plataforma DHESCA – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.
- Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.
- Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil
- Projeto Brasil.
- RAC – Rede de Advocacy Coletivo.
- Rebrip – Rede Brasileira pela Integração dos Povos.
- Rede Cidades.

Em âmbito internacional:

- BRICS Feminist Watch.
- Campanha Global DesmATEmos o Poder Corporativo e Coloquemos Fim à Impunidade.
- CEAAL – Conselho de Educação Popular de América Latina e Caribe.
- Comitê Impulsor da iniciativa Princípios e Diretrizes de Justiça Fiscal e Direitos Humanos.
- FIP/FORUS – Fórum Internacional de Plataformas de ONG.

- GIFT – Global Initiative for Fiscal Transparency.
- Grupo de Trabalho Justiça Fiscal e Direitos Humanos da Global Alliance for Tax Justice.
- Grupo de Trabalho sobre BRICS da Coalizão Direitos Humanos no Desenvolvimento.
- RJFALyC – Rede de Justiça Fiscal de América Latina e Caribe.

Anexo 3 – Logos dos apoiadores do Inesc



Anexo 4 – Quadro Lógico Quadrienal 2017-2020: Balço para 2019

Alcance: 20.792 pessoas
(56% Mulheres, 44% Homens)
928 eventos

(Brasil e outros países: Alemanha, Bélgica, Bolívia, Colômbia, Estados Unidos, França, México, Portugal, Quênia, Reino Unido, Senegal, Suíça, Ucrânia)

	Lógica da intervenção	Indicadores	Linha de Base 2016	Metas para o Quadriênio	Alcançado em 31/12/2019	Comentários
Objetivo Geral (OG) Impacto	OG: Defender, junto com outros, a radicalização dos processos democráticos e dos direitos humanos, em âmbitos local, nacional e internacional, a partir das seguintes linhas de ação: orçamento e direitos, justiça fiscal, reforma do sistema político, direito à cidade e governança global.	IOG: Percepção das principais partes interessadas (apoiadores, parceiros, governos, fundações, Nações Unidas, mídia, beneficiários etc.) sobre o papel do Inesc.	Avaliação externa realizada em 2016 na qual o Inesc tem atuação positiva mas precisa aperfeiçoá-la considerando novo contexto político, social, econômico e cultural	Consolidar e ampliar essa atuação aperfeiçoando ações de comunicação e inovação, produzindo novos conteúdos, ampliando o alcance e dialogando com novos públicos	A ser levantado quando da avaliação externa do Inesc em 2019	
Objetivos Específicos (OE)	OE1: Reforçar capacidades na sociedade civil em <i>Orçamentos e Direitos</i> .	IOE1: Número e perfil de organizações da sociedade civil que foram	0	15 – jovens, indígenas, camponeses, movimentos integrantes da	13	325% da meta anual (4) - 2 Indigenas (Roraima e Apoinme) - 1 Quilombola Norte

Efeito(s)		formadas e que passaram a atuar tendo como referência a metodologia <i>Orçamento e Direitos</i> .		Rede Cidades, da Rede de Bibliotecas Comunitárias		- 1 CONTAG - 6 Movimentos integrantes Rede Cidades (SP, MA, PB, RJ, MG, Ilheús) - 1 MMC - 1 Migrantes venezuelanos - 1 Movimento de mulheres Roraima
	OE2. Influenciar o orçamento e decisões públicas em temas e territórios estratégicos.	IOE2: Número de propostas apresentadas e consideradas pelos Executivo, Legislativo ou Judiciário	5	20	48	960% da meta anual (5) (Ver arquivo A)
	OE3. Atuar na defesa da reforma ampla do sistema político.	IOE3: Número de organizações, movimentos e coletivos participando ativamente da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político	29	40	82	820% da meta anual (10) A Plataforma é integrada por: - Redes, Fóruns e Articulações: - ONGs - Organizações e Movimentos ligados às Igrejas - Pesquisadores. Observação: importante registrar que recentemente 10 organizações encerraram suas atividades.
	OE4. Promover o direito às cidades.	IOE4: Número de medidas apoiadas pelo Inesc e consideradas pelo poder público em atendimento	9	40	31	310% da meta anual (10) (ver arquivo D)

		às demandas da Rede Cidades, incluindo o Movimento Nossa Brasília.				
	OE5. Influenciar processos de governança global e de articulações regionais e internacionais que impactam políticas nacionais estratégicas.	IOE5: Número de citações na mídia referentes à participação do Inesc (individualmente ou em representação de coletivos e articulações dos quais faz parte) em espaços regionais e globais de governança.	27	165	97	231% da meta anual (42)
	OE6. Inovar a comunicação para fortalecer a identidade institucional, a capacidade de incidência e ampliar o alcance na sociedade.	IOE6: Número de públicos engajados pelo Inesc cresce e se diversifica	Foi feito estudo de linha de base em março de 2017: o público engajado com o Inesc (via mídias sociais) é sobretudo urbano, do DF, RJ e SP. É majoritariamente branco, casado, heterossexual e com elevada escolaridade. A	A definir	Estudo atualizado em abril de 2019. Perfil permanece semelhante	Importante definir que público queremos atingir até o final de 2020: a) Mais jovem? b) Mais espalhado pelo Brasil? c) Mais aberto a doações individuais?

			maior parte é de funcionários públicos com renda média mensal que varia de R\$ 4,6 mil a R\$ 9,5 mil. Se declaram ativistas dos direitos humanos.			
	OE7. Inovar estratégias e metodologias, aperfeiçoar a gestão institucional e a captação de recursos.	IOE7: Inesc mais efetivo, eficiente e pertinente do ponto de vista da gestão institucional	Avaliação externa realizada em 2016	Mais efetividade, eficiência, pertinência em relação à 2016	Avaliação externa a ser realizada em 2019	
Resultados (R)	R1.1 Crianças, adolescentes e jovens formados em <i>Orçamento e Direitos</i> protagonizam ações para transformar sua realidade.	I-1.1.1 Número de crianças, adolescentes e jovens formados na metodologia <i>Orçamento e Direitos</i> .	309 (51%M, 49%H)	800 (51%M, 49%H) (60% Negros, 40% Não Negros)	389 (ONDA) (32% M; 68% H) (72% Negros; 28% Não Negros)	195% da meta anual (200) A predominância de meninos deve-se ao fato de o Inesc ter formado 166 meninos cumprindo medidas de privação de liberdade
		I-1.1.2 Número de ações de incidência de crianças adolescentes e jovens realizadas a partir da	34	80	15	75% da meta anual (20) (ver arquivo B)

	formação em <i>Orçamento e Direitos</i> .				
R1.2. Ativistas sensibilizados e formados em <i>Orçamento e Direitos</i> e <i>Orçamento Temático</i> incidem na defesa de seus direitos.	I-1.2.1 Número de ativistas sensibilizados e formados na metodologia <i>Orçamento e Direitos</i> .	110 sensibilizados (42%M, 58%H) 0 formados (incluindo <i>coaching</i>)	270 sensibilizados (50% M, 50% H); (50% Negros, 50% Não negros) 100 formados (50%M, 50%H); (50%Negros, 50% Não negros)	15 sensibilizados (40%M; 60%H) (100% Indígenas) <u>Lideranças indígenas de RR</u> 459 formados (64% M; 18% 36) - 1 Indígena de Roraima - 1 Indígena Apoinme - 1 Quilombola Norte - 1 CONTAG - 6 Movimentos integrantes Rede Cidades (SP, MA, PB, RJ, MG, Ilhéus) - 1 MMC - 1 Migrantes venezuelanos - 1 Movimento de mulheres Roraima	22% da meta anual (68) 459% da meta final
	I-1.2.2 Número de ações de incidência de ativistas realizadas a partir da formação em <i>Orçamento e Direitos</i> .	1	63	68	425% da meta anual (16) (Ver arquivo B)
	R2.1. Informação produzida pelo Inesc fortalece os debates	I-2.1.1 Número de citações (em notas,	588	2.500	497

	sobre orçamento e direitos e sobre justiça fiscal.	artigos, estudos, mídias) ao Inesc referentes à temas de orçamento e justiça fiscal.				
	R2.2. Ações de mobilização e campanhas protagonizadas pelo Inesc contribuem para evitar retrocessos de direitos.	I-2.2.1 Número de ações (audiências públicas, reuniões com gestores, eventos, abaixo assinados) e campanhas protagonizadas pelo Inesc com outros.	55	250	284	451% da meta anual (63) (Ver arquivo D)
		I-2.2.2 Número de medidas consideradas pelo poder público a partir da incidência do Inesc com outros.	6	24	48	800% da meta anual (6) Obs: semelhante à IOE2, mas com linha de base e metas diferentes
	R2.3. Ações de incidência na área socioambiental fortalecem a defesa de direitos territoriais, especialmente na Amazônia.	I-2.3.1 Número de respostas de órgãos do Governo Federal às informações produzidas e às ações de incidência realizadas.	0	3	3	300% da meta do ano (1) - Deputada Joênia utiliza informações produzidas pelo Inesc em audiência com Ministra da Agricultura; - Deputada Joênia contribui para a criação da Frente Parlamentar Mista

						em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas; - Parlamento organiza audiência sobre Brumadinho. (Arquivo A e C)
		I-2.3.2 Número de medidas implementadas pelo BNDES na sua Política de Entorno de Projetos na Amazônia a partir de demandas do Inesc e parceiros.	1	3	0	0% da Meta final (meta anual = 25%) Outros temas socioambientais foram priorizados diante da ofensiva contra povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e contra a Amazônia
		I-2.3.3 Número de ações (audiências públicas, reuniões com gestores, eventos, abaixo assinados, etc.) e campanhas protagonizadas pelo Inesc com outros em defesa dos direitos socioambientais e sobre a política de responsabilidade socioambiental do BNDES.	3	16	30	750% da meta anual (4) (Ver arquivo A e D)

	R3.1. Ação do Inesc pauta a reforma política junto à opinião pública e na agenda de coletivos e novos sujeitos para evitar retrocessos.	I-3.1.1 Número de acessos ao site da Reforma do Sistema Político.	820 mil acessos mensais em média	825 mil acessos mensais em média	ND	O número de acessos não está disponível para 2019, pois o site antigo da Plataforma teve problemas. O novo site será lançado no começo de 2020.
		I-3.1.2 Número de citações ao Inesc na mídia sobre reforma do sistema político.	172	650	159	98% da meta anual (163)
	R3.2. Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político reconfigurada, com novos sujeitos, estratégias e conteúdos.	I-3.2.1 Número de novos sujeitos incorporados na Plataforma.	0	10	32	920% da meta anual (2,5) As novas organizações que passaram a integrar a Plataforma são dos movimentos negro, de juventudes e de mulheres.
	R4.1 Rede Cidades fortalecida para influenciar a agenda de mobilidade urbana no Brasil.	I-4.1.1 Número de medidas implementadas pelo poder público em atendimento às demandas da Rede Cidades e suas associadas.	0	10	31	1240% da meta anual (2,5) Igual ao IOE4, com metas diferentes: (Ver arquivo A)

		I-4.1.2 Número de iniciativas tomadas pelos movimentos formados nas metodologias <i>Orçamento e Direitos e Orçamento Temático</i> a partir da formação.	0	60	51	340% da meta anual (15) (Ver arquivo B)
	R4.2 Movimento Nossa Brasília consolidado como sujeito influente nas agendas de cultura, mobilidade urbana, resíduos sólidos, agricultura urbana e em demandas da Cidade Estrutural.	I-4.2.1 Número de citações ao Movimento Nossa Brasília nas mídias.	132	520	21	16% da meta anual (130)
		I-4.2.2 Número de ações protagonizadas pelo Nossa Brasília.	44	160	24	60% da meta anual (40) (Ver arquivo D)
		I-4.2.3 Número de ações protagonizadas pelo Inesc com outros promovendo direitos na	21	100	2	8% da meta anual (25) Em 2019 o Inesc não desenvolveu atividades na Estrutural

	Cidade Estrutural				
<p>R5.1 Vozes de coletivos e articulações brasileiras fortalecidas pela ação do Inesc nos espaços de governança global.</p> <p>R5.2 Processos e articulações regionais e globais influenciados.</p> <p>ovos públicos (indivíduos não organizados, potenciais doadores etc.) e novos sujeitos políticos (coletivos de jovens, mulheres, LGBTI, de cultura, de temas urbanos entre outros) sensibilizados e engajados nas pautas do Inesc.</p>	I-5.1.1 Número de ações de coletivos e articulações brasileiras realizadas em espaços globais de governança.	2	8	28	1400% da meta anual (2) (Ver arquivo D)
	I-5.2.1 Número de propostas do Inesc incorporadas pelos parceiros em articulações regionais e globais.	2	8	0	0% da meta anual (2) (Ver arquivo A)
	I-6.1.1 Número de pessoas que recebem o mailing do Inesc.	3.500	6.000 por ano	2.502	42% da meta anual (6.000)
	I-6.1.2 Número de visualizações e alcance dos conteúdos do	<ul style="list-style-type: none"> 1.000 acessos/dia - Site 	<ul style="list-style-type: none"> 1.800 acessos/dia 21 mil 	<ul style="list-style-type: none"> 454 acessos/dia (média) 22.415 curtidas 	Os números revelam a dinâmica das redes sociais e as diferentes estratégias do Inesc ao longo do tempo:

	site e das redes sociais.	<ul style="list-style-type: none"> • 15 mil curtidas - Facebook • 2.000 de alcance/dia - Facebook • 30 mil visualizações no Youtube • 1.255 seguidores no Twitter 	<ul style="list-style-type: none"> • 4.500 de alcance/dia • 150 mil visualizações no Youtube • 1.600 seguidores 	édia) <ul style="list-style-type: none"> • 3.115 (média) de alcance/dia • Não usamos Youtube • 3.296 seguidores • Instagram Stories: 1.589 seguidores; 54.286 de alcance • Instagram Posts: 554.523 de alcance 	<ul style="list-style-type: none"> - Não demos prioridade ao Youtube e intensificamos os esforços com o Instagram e o Twitter; - O Facebook diminui de intensidade, pois é uma rede que perde relevância; - O acesso ao site do Inesc diminui, pois não concluímos a migração dos dados do velho para o novo site. Contudo, a qualidade dos acessos melhorou.
	I-6.1.3 Número de referências em publicações da grande mídia e mídia alternativa e digital.	1.150	3.000	1.954	260% da meta anual (750)
	I-6.1.4 Número de doadores individuais ao Inesc.	2	100	30	120 % da meta anual (25)
R6.2 Política e Planos de comunicação do Inesc construídos e implementados.	I-6.2.1 Proporção da Política e do Plano de Comunicação implementada.	0	70% da Política em execução	63%	90% da meta final - Novo site no ar. É preciso ainda concluir a migração de dados.

<p>R7.1. Política de Sustentabilidade e do Inesc definida e incorporando a captação de recursos financeiros junto a indivíduos.</p>	<p>I-7.1.1 Proporção da implementação da Política de Sustentabilidade e do Plano de captação de recursos junto a indivíduos.</p>	<p>0</p>	<p>Plano de Sustentabilidade elaborado. 80% do Plano de Captação de Recursos Junto à Indivíduos em execução</p>	<p>70%</p>	<p>88% da meta final</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção da mensagem do Inesc; - Novo site implantado; - Exercício de captação por meio da campanha #SóAcreditoVendo; - Exercício de fidelização dos/as associados/as; - Conta de PayPal aberta; - Boletim mensal com pedido de doação; - Contratação de design para aprimorar a comunicação com potenciais doadores; - Desenho e implementação de campanha de captação junto à indivíduos em dezembro de 2019.
<p>R7.2 Sistema de PMAS aprimorado e orientado por resultados contribui para a prestação de contas e a ampliação da eficiência e efetividade do Inesc.</p>	<p>I-7.2.1 Proporção do Banco de Dados de monitoramento de resultados construído, com atribuições e responsabilidades claras e gerando relatórios.</p>	<p>10%</p>	<p>70%</p>	<p>60%</p>	<p>86% da meta final</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema <i>on line</i> (inescpma) implementado para parte dos indicadores. É preciso aprimorá-lo e integrá-lo com o Quadro de Mídia. - Profissional de PMAS contratada
	<p>I-7.2.2 Número de análises de risco monitoradas.</p>	<p>Acontece informalmente</p>	<p>3 revisões ou atualizações</p>	<p>1</p>	<p>100% da meta anual.</p> <ul style="list-style-type: none"> - No Planejamento de fim de ano o Inesc revisitou os riscos e identificou novos

					em função da situação política pela qual o país passa. Deu-se início a implementação de uma série de medidas de segurança digital, institucional e de proteção da equipe.
R7.3 Políticas e Planos Administrativo-Financeiro e de Recursos Humanos e consolidação de espaços de inovação fortalecem capacidades institucionais.	I-7.3.1 Número de softwares que integrem os processos de gestão financeira e contábil implantados.	0	1	1	100% da meta final - Seguindo as recomendações da avaliação externa, o Inesc implantou o Radar. Contudo, a implementação precisa ser aperfeiçoada
	I-7.3.2 Número de pagamentos efetuados por meio do sistema bancário virtual	0	Todos	95%	95% da meta final - Praticamente todas as contas do Inesc foram transferidas para o banco Itaú e com isso os pagamentos são feitos virtualmente. Algumas contas continuam no Banco do Brasil e no BRB devido a compromissos contratuais.
	I-7.3.3 Número de profissionais do Inesc participando de processos de formação.	0	20% da equipe	Mais de 50% da equipe recebeu apoio para algum tipo de formação e toda a equipe foi formada em Proteção e	Meta anual atingida - 3 (Márcia, Dyarley, Thallita) receberam formação em indicadores de projetos e participação; - 2 (Iara e Nathalie)

				Segurança e no tema da branquitude.	<p>receberam formação em desenvolvimento de lideranças</p> <ul style="list-style-type: none"> - 8 (Luiza, Carol, Livi, Alê, Cleo, Carmela. Dyarley e Thallita) receberam apoio para espanhol; - 2 (Ana Paula e Adalberto) receberam formação em gestão de projetos da PPM; - 3 (Moroni, Andreia e Ana Paula) receberam formação da UE para projetos orientados a resultados; - 1 (Silvia) recebeu formação em Twitter/ - 2 (Carol e Thais) receberam formação em captação de recursos junto à indivíduos; - 1 (Nathalie) recebeu formação em PMAS; - 2 (Cleo e Carmela) receberam formação em advocacy; - 1 (Carmela) recebeu formação em justiça fiscal e feminismo; - Toda a equipe foi formada em proteção e segurança; - Toda a equipe foi formada no tema da branquitude; - Foram feitas várias formações internas sobre orçamento (Regra de Ouro, Dívida Pública, Gastos Tributários)
	I-7.3.4 Número de ações de inovação implementadas.	2	6	4	<p>200% da meta anual (2)</p> <p>1 - Oficinas de escrita criativa com jovens de</p>

						<p>periferia e elaboração de livro;</p> <p>1 – Parceria com Armandinho;</p> <p>1 – Realização de festival na rua para celebrar os 40 anos do Inesc – Festival Mais “Direitos, Mais Democracia”;</p> <p>1 – Desenho e implementação de projeto de atendimento de jovens egressos do socioeducativo, o projeto Andares. A ideia é oferecer subsídios para política pública</p>
--	--	--	--	--	--	--